



Universidade de Brasília
Departamento de Antropologia
Instituto de Ciências Sociais

MARIANA DE BEM

**Sobre uma experiência cartográfica: a Nova Cartografia Social de
Trindade.**

Dissertação de Graduação

Brasília

2019

MARIANA DE BEM

**Sobre uma experiência cartográfica: a Nova Cartografia Social de
Trindade.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Graduação em Ciências Sociais
com Habilitação em Antropologia, com parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Bacharel.

Orientador: Henyo Trindade Barretto Filho

Brasília

2019

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, às famílias caiçara que me receberam muito bem a todo momento que estive em Trindade e pelos incontáveis aprendizados de vida que tive. Agradeço, também, a algumas pessoas importantes nesse grande processo de aprendizagem que foi a escrita dessa dissertação de graduação. Pela paciência e sabedoria, ao meu orientador, Henyo Barreto. Aos meus tão amados progenitores que mesmo sem entender me apoiaram, respeitaram e ampararam até o presente momento. Às amigas pela compreensão das aflições e aos dias estressados. E ao meu avô, que -por coincidência ou não - passou longos anos de sua vida empenhado em escrever um livro sobre geografia política do Brasil, e veio a óbito no final da minha escrita. Agradeço também ao Departamento de Antropologia pela concessão do apoio à pesquisa de campo realizada em 2018. Ao Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis de Bocaina, por ter me recebido e proporcionado essa experiência profissional. Ao Guilherme, à Anna Cecília, à Maíra e à Mariana. Muito obrigada!

Sumário

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	5
Introdução.....	6
1. Trajetória Metodológica.....	16
2. Trindade: conflitos ativos e fluxos de resistência	26
2.1. Do global	29
2.2. Para um local	34
Caracterização dos agentes	39
Caracterização da APA de Cairuçu	43
3. Cartografia Social e Expressões Heterotópicas.....	46
Cartografia Social de Trindade	46
Considerações Finais.....	54
Bibliografia	56
Bibliografia Complementar	58

Resumo

A partir de um estágio realizado no projeto da Nova Cartografia Social de Trindade em 2015, penso sobre como os projetos sociais ativos nessas comunidades ditas tradicionais, manejam os mecanismos de poder do estado e reforçam, ou criam outros mecanismos em forma da própria defesa. Para tanto, me valho de diferentes etapas de campo, desde 2015 no estágio pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis de Bocaina, e posteriormente em 2018 em uma volta a campo para apresentação do projeto para a comunidade. Que abrangeram desde a elaboração da cartografia, a publicação e o primeiro momento de uso dela para a resolução de um dos conflitos territoriais de Trindade. Para tanto, faço uma retrospectiva das minhas vivências em diálogo com a bibliografia que me surgiu durante todo esse processo em cima dos materiais de campo que recolhi, como entrevistas e relatos dos caiçaras de Trindade.

Palavras chave: Cartografia Social, Trindade, caiçara.

Abstract:

From an internship at the Project of the New Social Cartography of Trindade, in 2015, I think about how the active social projects in these so-called traditional communities manage the state's power mechanisms and reinforce or create other mechanisms in the form of self-defense. For that, I use different stages of the field, from 2015 in the internship at the Observatory of Sustainable and Healthy Territories of Bocaina, and later in 2018 back in the field offering the project's feedback to the community.. It covers the preparation of the cartography, the publication and the first moment of it's use for the resolution of one of the territorial conflicts of Trindade. To do so, I make a retrospective of my experiences in dialogue with the bibliography that came to me throughout this process over the materials I collected in the field, such as interviews and reports from the caiçaras of Trindade.

Key-words: Social Cartography, Trindade, caiçara.

Introdução

Por meio deste trabalho pretendo pensar sobre a manipulação dos dispositivos de poder social e a formação do discurso mobilizado no decorrer do projeto da Nova Cartografia Social de Trindade - RJ, finalizada em 2017. Faço uma narrativa etnográfica analítica sobre a experiência que tive no Território, situada no espaço de tempo de 2015 a 2018, abarcando o período em que participei da equipe do projeto da nova cartografia social. Descrevo e reflito sobre o episódio referente à minha experiência de campo, que entendo constituída por uma série de acontecimentos, que conseguem abordar: o processo de realização da cartografia, a publicação e a utilização para a resolução do conflito territorial entre a comunidade caiçara de Trindade e a Área de proteção ambiental do Cairuçu.

Acho importante refletir sobre discursos e identidades políticas no contexto social brasileiro atual em que vivemos uma crise na credibilidade do discurso político e intelectual, questionados por meio das mídias sociais formais e informais pela dissipação de muitas notícias divergentes sobre o governo, política, economia etc. Diante de uma onda conservadora, vivemos um momento de invisibilização das alteridades e das minorias sociais juntamente da ameaça aos direitos ambientais quando tocam os interesses da bancada ruralista eleita no congresso.

Entendo a importância e a dificuldade de realizar um trabalho que pretende fortalecer uma narrativa política minoritária, ao mesmo tempo, me sinto contemplada por tratar sobre a busca desses direitos, pois entendo a utilidade desse estudo no contexto das comunidades caiçara.

Durante a minha escrita, tive que priorizar um recorte que servisse como um objeto de análise sucinto e apreensível. De forma que eu pudesse construir adequadamente um argumento teórico em relação a um contexto social tão vasto quanto vive Trindade. Para tanto, escolhi tratar da construção da Nova Cartografia Social de Trindade, da sua publicação e do posterior uso do fascículo para a manutenção do plano de manejo da APA Cairuçu em 2018. Entendo que esse episódio consegue retratar diferentes fases de um dos conflitos territoriais que acontecem em Trindade, e exemplifica a dinâmica da cidade na busca de

obtenção dos seus direitos. Ilustrativo para entendermos as possibilidades de uso do fascículo e explicitar como agem os mecanismos de defesa territorial utilizado por essas 'comunidades tradicionais' que vivem dentro de unidades de conservação.

Para isso dividi este trabalho em cinco partes: esta introdução, três capítulos e considerações finais. Nesta introdução, descrevo os principais agentes do meu campo. Em seguida, explico como aconteceu a escolha do tema deste trabalho de monografia e as influências teóricas que me impulsionaram a desenvolver o tema que aqui desenvolvo.

No primeiro capítulo, descrevo um pouco mais detalhadamente a minha trajetória de chegada ao Parque Nacional da Serra de Bocaina - PNSB, a minha rotina de trabalho abordando as metodologias usada em campo e a metodologia de pesquisa.

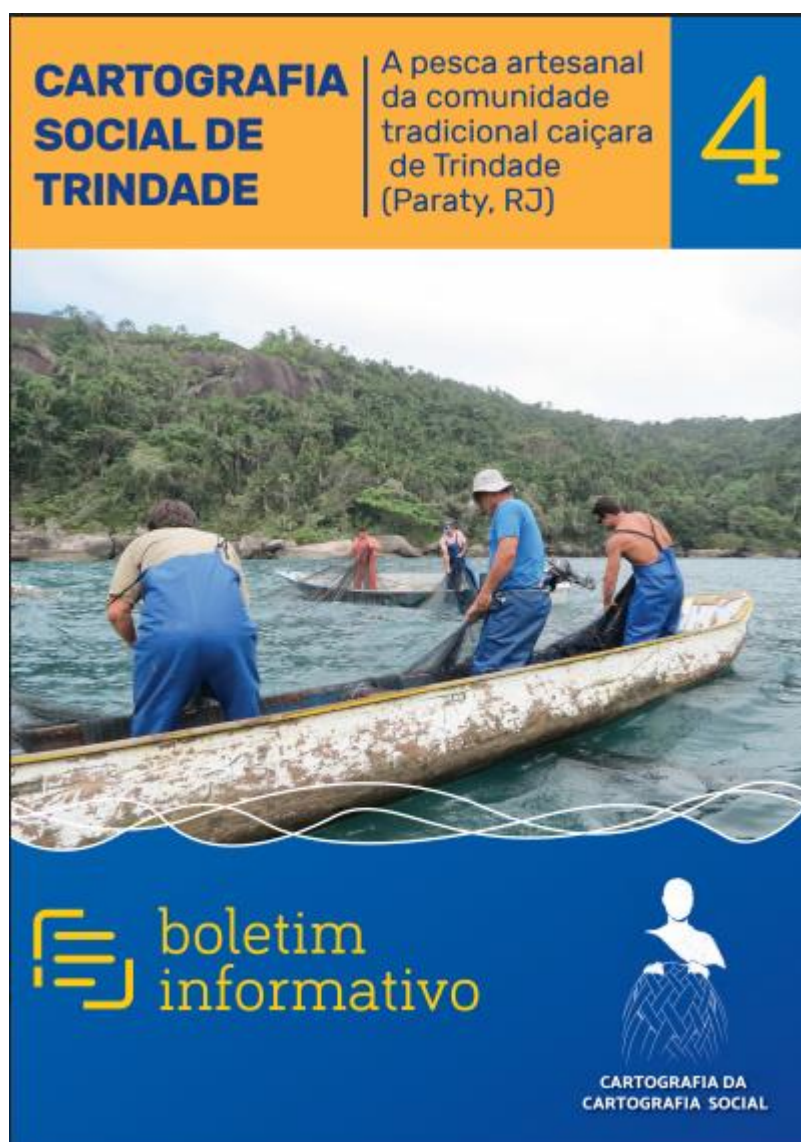
O segundo capítulo é dividido em três partes e a primeira eu dedico a explicar mais de perto o conflito entre a comunidade e a unidade de conservação, que não é o único, porém é o que escolho como unidade de análise. Nas partes seguintes, dedico-me a explicar as diferentes dimensões possíveis de análise desse contexto: global e local; situando brevemente a discussão sobre comunidades tradicionais e quais perspectivas do conceito de cultura emprego na construção do argumento final. Achei necessário, ainda nesse capítulo, caracterizar os agentes no território de Trindade.

O terceiro e último capítulo é mais teórico, pois penso sobre como a metodologia da cartografia me proporcionou uma experiência de construção de significado do espaço, de forma discursiva e imagética, por meio da elaboração do mapa, que é um mecanismo formal de poder. Tento dar, assim, substância ao trabalho que participei como parte da construção de um discurso político

Nas considerações finais faço uma retrospectiva final sobre como foi a experiência de realização deste trabalho, juntamente com meus comentários sobre os caminhos teóricos que tomei.

* * *

No segundo semestre de 2015, tive a oportunidade de estagiar no projeto da Nova Cartografia Social de Trindade, em Paraty, Rio de Janeiro na sede do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina - OTSS. O projeto da Nova Cartografia foi realizado a partir de uma iniciativa da comunidade caiçara de Trindade, foi requerido pelo Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba - FCT e viabilizado pelo referido OTSS. Aqui coloco o produto resultante desse projeto que são parte que compõem o fascículo finalizado.



Capa do fascículo da Cartografia Social de Trindade

[illegible]

O FCT é um fórum formalizado em 2007 pelas comunidades tradicionais da região, composto por associações indígenas, quilombolas e caiçaras. Atua em defesa dos territórios e interesses dessas comunidades, bem como na

proteção das áreas protegidas que compõem o mosaico de unidades de conservação da Serra da Bocaina.

O OTSS atua como incubadora de projetos sociais de promoção da saúde e sustentabilidade. É fruto da parceria institucional entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz e Fundação de Apoio à FioCruz- Fiotec a fim de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), celebrados em 2015. O corpo institucional do projeto exerce a função de facilitador de políticas públicas e pesquisa em saúde e sustentabilidade e atua para o fortalecimento e a defesa dos territórios tradicionais. Promove a educação diferenciada nas escolas municipais, o incentivo ao turismo de base comunitária e a segurança alimentar, apoiando e promovendo a agroecologia nas comunidades para prover uma vida social e culturalmente saudável.

Quando tive a oportunidade de participar do projeto estava no quinto semestre da Graduação e surgiu a oportunidade de um estágio voluntário no OTSS. A experiência foi extremamente formadora. Conhecer o histórico de resistência das comunidades tradicionais da Bocaina pôde dar formato e significado ao conteúdo estudado em diversas matérias do curso de Antropologia e que fizeram parte da minha trajetória curricular. Trabalhar com essas comunidades foi a oportunidade de me aprofundar num segmento da Antropologia muito forte no Brasil e foi quando tive contato com uma face politicamente interessada do exercício da Antropologia.

A realização de pesquisas sobre as comunidades caiçaras, seu modo de vida, suas atividades e conhecimentos é uma demanda feita pelos comunitários com quem trabalhei, bem como incentivado pela equipe do OTSS.. A época em que estagiei no OTSS não pude escrever um artigo junto aos profissionais do projeto; ao retornar a Brasília senti o aproveitamento incompleto daquela experiência.. Como um *feedback* ao que eu aprendi no território do Parque Nacional da Bocaina como um todo, ao retornar à Universidade de Brasília me iniciei no Programa de Iniciação Científica ProIC, em 2017, sob a orientação do professor Henyo Barretto Filho. Senti a necessidade de complementar meu

percurso acadêmico dando significado antropológico à toda aquela vivência que tive em Paraty.

Ao voltar, me concentrava para formar e, concomitantemente ao PIBIC, a fim de atender meus interesses por outras áreas da Antropologia, iniciei minha orientação de monografia voltada para outros segmentos da Antropologia, da arte e da performance, e depois em política e movimentos sociais, sob a orientação de outra professora. Pelas singularidades dos campos escolhidos para a monografia nessa época, houve uma desconexão de programação entre as minhas atividades de pesquisa e as atividades dos grupos com os quais escolhi trabalhar. Isso impossibilitou o desenvolvimento da minha pesquisa de campo e, posteriormente, comprometeu o tempo que eu teria disponível para a escrita da dissertação.

Pelo percurso das duas diferentes pesquisas, de monografia e de PIBIC, acabei me envolvendo mais concretamente na pesquisa de PIBIC. Creio que abordar um tema com o qual eu já tinha alguma vivência anterior facilitou um maior envolvimento com o tema. Então, decidi juntar o empenho da pesquisa de monografia ao do PIBIC e dar continuidade à pesquisa finalizada em setembro de 2018, “Uma outra cartografia de Trindade”.

No artigo apresentado a título de relatório final do Pibic descrevo o documento como uma oportunidade de “dar visibilidade à discussão sobre a identidade etnopolítica e ecológica Caiçara, que se fortaleceu a partir da demanda da comunidade na luta pela permanência e utilização de suas terras tradicionais”, a partir da experiência de realização da Nova Cartografia Social. Pensei sobre os espaços de fala das comunidades, dentro do diálogo institucional e nas soluções institucionais de resolução de conflitos e defesa de direitos.

Entendo, contudo, que ainda no relatório minhas constatações do campo não puderam ser tão densas. Nele eu consegui organizar minhas ideias fundamentais sobre a cartografia social e sobre como ela se encaixa no contexto geral da minha experiência, testando a forma com que a minha análise poderia seguir a partir de uma vivência de campo tão vasta e completa como foram aqueles meses. Então, não me aprofundi em nenhum aspecto específico no

trabalho que realizei para o PIBIC, mas pude amadurecer e identificar as questões que fazem sentido para a análise a partir da minha trajetória acadêmica.

No projeto de PIBIC trabalhei com a sistematização da minha experiência no estágio, refletindo sobre esta e analisando-a à luz de meus aprendizados teórico-metodológicos em campo e, posteriormente, em matérias que cursei nas Ciências Sociais. Até que no início de 2018 surgiu a oportunidade de financiamento para trabalho de campo pelo Departamento de Antropologia - DAN da Universidade de Brasília - UnB, quando então retornei a Trindade a fim de apresentar os projetos de pesquisa em curso, para a comunidade. Nessa segunda visita, retornei a Trindade e o cenário do conflito com a unidade de conservação tinha se alterado em alguns sentidos. Em abril do mesmo ano, a comunidade se fez presente na elaboração do plano de manejo da APA do Cairuçu e conseguiu argumentar algumas áreas de uso da comunidade junto à UC utilizando a demarcação da Nova Cartografia Social de Trindade – eventualidade que pude acrescentar à minha análise e sistematização da experiência em Trindade.

Cheguei a primeira vez em Paraty em 10 de setembro de 2015 e retornei a Brasília 22 de fevereiro de 2016. O planejamento do estágio finalizava em dezembro de 2015. Minhas atividades foram de sistematização das informações já coletadas nas reuniões comunitárias anteriores da Cartografia Social; apoiar organização das reuniões e oficinas futuras; relatoria de reuniões; decupagem e organização dos depoimentos; marcação de alguns pontos no GPS; e coleta e transcrição de gravações.

Fomos recebidas pelas lideranças da região e pelos integrantes do projeto numa reunião aonde pudemos conhecer a luta das comunidades e o trabalho do OTSS no território. Antes de ir a campo, tivemos uma introdução teórica para conhecer o objetivo do projeto, as formas de sistematização das experiências pelas quais acontecem as reuniões, a perspectiva de segurança, saúde e sustentabilidade, e a necessidade de cada projeto em curso no Observatório etc.

Eu morava em Paraty e me deslocava de ônibus para os trabalhos de campo em Trindade. No período de coleta de entrevistas, eu fui recebida em

uma casa caiçara na praia do Caixa d'áço e por lá dormi algumas noites, possibilitando-me imergir e me aproximar da rotina de uma autêntica casa caiçara, que hoje trabalha com a pesca artesanal e com o turismo de base comunitária. Pude conhecer melhor a praia e a mata, o mar e o clima, da praia do Caixa d'áço, esse lugar tão fundamental para a cartografia e para o desenvolvimento da pesca artesanal de Trindade. Fui sempre acompanhada pelos caiçaras que estavam pensando o projeto, portanto, as atividades foram sempre pensadas por eles. A comunidade tem familiaridade com a atividade dos pesquisadores e do OTSS, por isso sempre fui bem recebida por pessoas dispostas a contribuir com o projeto.

Me lembro que na época em que morei em Paraty, eu me envolvi em duas leituras que tiveram considerável influência na significação das experiências de campo. Havia terminado de ler *Sobrados e Mocambos*, aonde Gilberto Freyre, quase desenha cenas riquíssimas do Brasil colônia, e pude sublinhar a percepção da ocupação da geografia da cidade, com sua história colonial, em meio à Mata Atlântica, cercada por quilombos e comunidades indígenas, caiçaras, comunidades rurais. O desenho urbanístico de Paraty, a movimentação de pessoas, localidades nobres, localidades pobres e o centro histórico e os conflitos de terras vividos por todas essas comunidades contam também sobre a história colonial. Contam sobre a imposição de uma lógica de exclusão espacial. Ao passo que contam também sobre criação de espaços, resistência e ressignificação da vida.

Em 1958, Paraty foi tombada como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). A comunidade europeia se alojou ao longo do rio Perequê-Açu durante o período colonial brasileiro, e à época habitavam tribos Tupis no território. Eram de conhecimento dos europeus as trilhas indígenas que interligavam a região ao vale do Paraíba, fator decisivo para a implementação da região como de escoamento da exploração de ouro, conhecida como caminho do ouro. A abertura de uma nova rota de ouro diminuiu o fluxo do caminho do ouro, que passou a ser dominado pela produção cafeeira e canavieira. A partir da abertura da rodovia que liga o estado do Rio de Janeiro ao de São Paulo nos anos 1970, a mesma rota começou a receber um intenso

fluxo de turistas. Hoje a vida econômica das cidades ao redor da estrada está intensamente ligada ao turismo, a pesca e a agricultura.

Até a abertura de Rio-Santos, habitava na Trindade uma população pescadora e camponesa, que vivia como as outras comunidades caiçaras da região, integrada ao fluxo de trocas com as comunidades e cidades vizinhas. Como afirma Cristina Adams, ao contrário de um senso comum, a economia caiçara vive em integração e tem um grau de adaptação e de transitoriedade de suas atividades econômicas. Responde às relações externas que estabelecem, o que fez com que a comunidade passasse por diferentes ciclos econômicos. Em seu artigo 'As populações caiçaras e o mito do bom selvagem', ela discute a imagem da natureza intocada atribuída às populações caiçaras, que as entende como perdidas no tempo, sem uma história social, estabelecendo apenas o contato com a natureza.

Hoje, a Trindade vive o ciclo econômico do turismo, que, até por iniciativas governamentais, foi incentivado e implantado na região de Paraty. Tem asfalto, associação de barqueiros, associação de moradores, escola, posto de saúde, ruas, eletricidade, internet, pousadas, campings e restaurantes. Pelo decorrer da própria história da comunidade com o turismo, esta reinventou suas atividades de subsistência, como, por exemplo, o abandono das roças, a utilização de barco a motor na pesca artesanal, a modificação das festas de reis - que acontecem em plena temporada turística etc.

Em campo, eu li também Michel Foucault, *História da Sexualidade*, e descobri a potencialidade da verdade de um discurso. Ouvir o discurso político contemporâneo das lideranças das comunidades tradicionais é pensar num outro paradigma de desenvolvimento. É pensar numa política cotidiana, numa política em que o olhar crítico não está vinculado a governo, à ciência hegemônica ou à grande política, e sim à autonomia, a uma política mais pragmática comprometida com a representatividade da comunidade e aplicabilidade do conhecimento e dos bens que produzem. Formas de pensar a ação, formas de pensar a utilização dos espaços e dos corpos, o manejo do tempo e da força de trabalho, a autonomia em desenvolver as suas atividades tradicionais e

econômicas. Me faz pensar nos diferentes mecanismos de poder que agem sobre as vidas das comunidades e de como são manuseados de forma a se tornarem mecanismos de resistência e de construção de uma identidade.

Creio ser possível enxergar, nesse contexto, como emergem novas identidade políticas; a quais situações e influências elas respondem, ou com quais instituições e verdades dialogam esses novos grupos identitários. Utilizo Foucault como ferramenta analítica, pois após uma disciplina que cursei em 2014, ofertada pelo Departamento de Antropologia, foi a leitura com que mais me envolvi durante a graduação. Faço também uma costura entre algumas matérias que cursei dentro do Departamento de Antropologia e que me ajudaram a conhecer melhor a bibliografia sobre meio ambiente, comunidades camponesas e quilombolas, fluxos sociais e globalização.

1. Trajetória Metodológica

Dedico capítulo a contar mais detalhadamente sobre minha experiência na Nova Cartografia Social da Trindade, de forma a explicitar as metodologias utilizadas em campo. Me atento a descrever os diferentes momentos que compõem o recorte temporal que escolhi para análise das possíveis utilizações da cartografia social. Para que fique explícito sobre quais acontecimentos eu venho tecendo a argumentação central dessa dissertação.

Explico meu critério metodológico para a separação e a caracterização dos diferentes agentes que marcaram meu campo. Explicito apenas os agentes com os quais tomei contato em campo e que estavam presentes nas reuniões e nas entrevistas do projeto da cartografia e diretamente relacionados aos objetivos desta.

No final do capítulo apresento uma melhor descrição do conflito que tomo como principal para a análise entre a comunidade Caiçara de Trindade e a Área de Proteção Ambiental do Caiçu.

* * *

Conheci o Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina após uma pesquisa entre projetos sociais ativos no Brasil que recebem estudantes de graduação. Ao contatá-los por e-mail soubemos da intenção e da disponibilidade do OTSS de receber universitários estagiários no projeto. Fomos três estudantes da Universidade de Brasília para o estágio voluntário no segundo semestre de 2015, em Paraty. Éramos estudantes de Ciências Ambientais, Engenharia Florestal e, eu, das Ciências Sociais. Cada estudante ficou em um projeto diferente que estava em curso. A nossa chegada coincidiu com a saída de duas residentes da Fiotec, e fomos recebidas numa reunião de confraternização entre nós que chegamos e as residentes que saíam. Lá fomos apresentadas ao território, às lideranças das comunidades e a um pouco da história e das vivências das diferentes comunidades da região do Mosaico Bocaina.

Quando cheguei ao OTSS o projeto da cartografia social já acontecia desde 2013. A ideia surgiu pelos integrantes do FCT, a partir da necessidade de

argumentar as áreas de uso tradicional dos caiçaras de Trindade. A comunidade sofre com processos contra a existência de suas moradias dentro da APA, e com a limitação de pesca numa área marinha importante para a pesca tradicional que alimenta famílias de Trindade.

O primeiro mapa usado nas reuniões foi embasado num esboço de um mapa que foi feito pela ABAT – Associação do Barqueiros de Trindade- para apresentação em 29/11/2013, na Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em São José do Barreiro. Os pescadores foram explicar aos órgãos ambientais a necessidade do uso da área de pesca na praia do Caixa d'áço, que é uma atividade entendida pelos órgãos ambientais como nociva ao ecossistema daquela área, mas que acontece de forma artesanal e não predatória. Não tendo a área de pesca da praia do Caixa d'áço, os pescadores só conseguem boas condições de pesca em alguns períodos do ano, pois os outros locais disponíveis são locais de condições marítimas complicadas e que enfrenta a concorrência da pesca industrial. A praia do Caixa d'áço era também, aonde estava a maior parte da vila 'dos antigos' como dizem os caiçaras. Foi onde houve maior evasão da população depois dos dois grandes eventos de expulsão dos trindadeiros de suas casas. Foram esses eventos, consecutivamente: a chegada da companhia TDT e a implantação da APA Cairuçu.

Nossa primeira atividade chegando ao OTSS foi ter contato com uma bibliografia direcionada às áreas de atuação de cada estagiária, para que pudéssemos ter uma melhor noção do campo e das atividades que realizaríamos. Ficamos encarregadas de fazer as relatorias das reuniões gerais que periodicamente ocorrem no OTS e nas comunidades por meios das ações do FCT. Íamos, cada estagiária, para a realização das respectivas atividades de campo. Portanto, após retornar a Brasília da primeira vez, me vi com uma boa quantidade de material de campo escrito; pois, além dos textos, relatórios de todas atividades, áudios, fotos e entrevistas, me ocupei em fazer um breve diário de campo pessoal. Foram esses materiais que usei como baseada minha reflexão.



Foto dos participantes da reunião para caracterização da pesca na escola de Trindade – Foto: Eduardo DI Napole.

Participei de três reuniões da Cartografia Social com a comunidade durante os meses de trabalho, mas fiquei alojada na casa caiçara, na praia do Caixa da'ço, alguns dias para a realização de entrevistas, e fazendo a marcação de alguns pontos no GPS que foram plotados no mapa. Cheguei a passar uma semana seguida em Trindade, mas entre outras idas e vindas pude observar um pouco do hábito dos Caiçaras envolvendo sua rotina interna à casa e sua dependência do distrito Paraty como sede administrativa do município.

Fiquei alojada e muito bem recebida na casa da mãe de família caiçara, integrante do FCT, uma das proponentes e participantes do projeto da Cartografia Social, a que nomeei ficticiamente de Benedita. Ela mora na praia do Caixa d'aço onde também morava há gerações a família de seu falecido marido. Benedita tem um projeto pessoal de um dia abrigar um centro cultural Caiçara no restaurante. Lá pude conhecer a rotina de uma família caiçara contemporânea. Eles vivem na praia perto do restaurante de base comunitária da família, perto do rancho da família e do acesso ao cerco do filho mais velho, que é pescador e frequentemente traz peixe ao restaurante. Essas atividades acontecem diariamente, menos aos domingos. A imersão desses seis meses em Paraty, foi extremamente formador, porque pude observar e entender o contexto

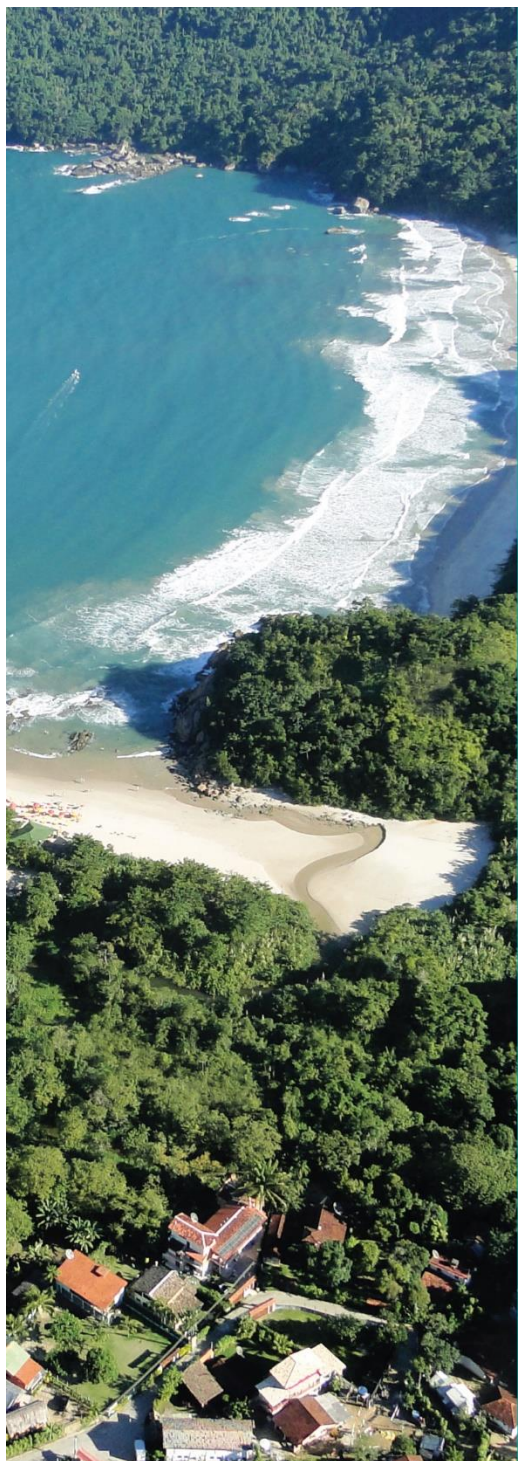
das famílias caiçaras e as dinâmicas de troca que acontecem entre as localidades do município de Paraty.

No tempo em que fiquei na casa da Benedita, passamos alguns dias e noites buscando coletar depoimentos dos caiçaras sobre sua vivência cultural na praia do Caixa d'áço, em específico. Ela julgava necessário adicionar no mapa mais conteúdo sobre as práticas folclóricas de Trindade que aconteciam na praia do Caixa d'áço. Depois da grande evasão de famílias da praia por conta dos sucessivos conflitos de terra, houve uma mudança na rota dessas práticas. Exemplo disso é a forma como hoje acontece a Folia de Reis, que passa pela cidade acordada em época turística e que antes chegava pelo escuro da mata passando de casa em casa acordando os moradores que dormiam. Nesse tempo, conseguimos realizar cinco entrevistas semiestruturadas, gravadas, e guiadas principalmente pela Benedita. As entrevistas abordaram diferentes assuntos desde a pesca tradicional, à Folia de Reis, das roças aos movimentos sociais em Trindade.

Outros dias, fiquei em Trindade para marcação dos pontos no GPS, que seriam plotados no mapa. Foi o momento em que sozinha fui nas casas e que pude ir conversar com os moradores e lhes pedir que me mostrassem suas roças e ranchos de pesca que ainda restam. Junto com essa caminhada recebia várias explicações sobre os costumes de roça e sobre a falta da roça na vida dos caiçaras que se envolviam nessa atividade além de ter acesso a várias memórias paisagísticas das pessoas quando chegavam no seu pedaço de mata.

Participei de três reuniões que tratavam exclusivamente do projeto da cartografia social durante o estágio. Duas delas foram na Trindade com os comunitários e uma no OTSS, para tratar de assuntos de formatação de georreferenciamento do mapa. As reuniões da cartografia foram elaboradas pela equipe do OTSS e sempre envolviam dinâmicas que incentivavam os participantes a se conectarem com os objetivos da cartografia social, e com as vivências e memórias de atividades ligadas aos espaços na Trindade. Seguiu-se um momento explicativo sobre a cartografia social para os presentes ficarem a par do que estava sendo feito e dos próximos passos do projeto. Depois abria-se a reunião para as opiniões dos presentes. Era o momento de argumentar sobre adicionar ou modificar o que estava no mapa até então e por meio desse

diálogo e da captação do áudio das reuniões, recolhemos alguns depoimentos que vieram a compor o fascículo.



PESCA ARTESANAL

Convidamos a comunidade da Trindade para participar da **Oficina da Cartografia Social da Pesca Artesanal na Trindade**, no **dia 28 de Outubro de 2015**, às **18 horas**, na **escola de Trindade**.

O trabalho tem como objetivo **mapear as áreas de uso tradicional da população caiçara da Trindade**, e com isso **buscar a garantia do direito de exercer suas práticas tradicionais**.

Contamos com sua presença!



Convite fixado no mural da escola e da igreja, chamando a comunidade para reunião da cartografia social - Arte: Eduardo DI Napole.

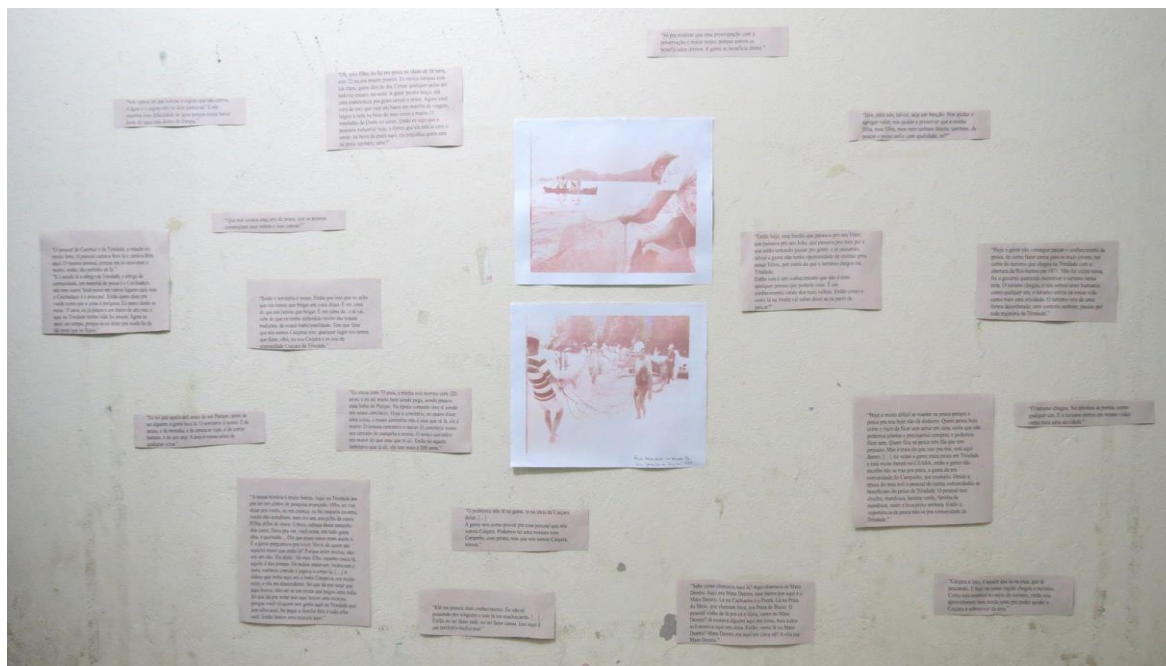


Foto de Eduardo Di Napole: depoimentos sobre a história de trindade, expostos na reunião.



Foto de Eduardo Di Napole: marcação de pontos no mapa.

No final da estadia em Paraty, foi pedido às estagiárias uma avaliação geral do estágio como uma devolutiva dos nossos aprendizados e construções junto ao OTSS. Nesse compilado, fomos incentivadas a estabelecer alguns parâmetros avaliativos do aprendizado que tivemos no território e que

contribuíram para nossa formação. Estabeleci quatro aspectos da minha experiência: imersão no contexto sócio-político; metodologias de trabalho em campo; convívio nas comunidades tradicionais; e compreensão de papéis institucionais. Penso que eles refletiram na escolha do tema inicial de pesquisa do PIBIC. O primeiro aspecto é relacionado à minha descoberta da existência dos caiçaras e das comunidades ditas tradicionais e sua multiplicidade ao longo do território do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) e sobre como grandes problemas mundiais se refletem em um micro universo e como as identidades são reafirmadas nesse mundo moderno. O segundo aspecto é sobre descobrir a serventia da Antropologia por meio de tecnologias sociais aplicáveis por meio da elaboração de projetos como a nova cartografia social. O terceiro aspecto é sobre conhecer a rotina das famílias do Caixa d'áço e de como funciona a sincronia entre atividade comercial, vida tradicional e meio ambiente, que se expressa por meio do manejo e da percepção do tempo para essas pessoas. O último aspecto trata da minha descoberta de como agem os movimentos sociais ativos no Brasil, compreendendo melhor os papéis institucionais das diferentes entidades que agem no território do PNSB.

O fascículo da Nova Cartografia Social de Trindade foi publicado pelo Projeto da Nova Cartografia Social. Após a minha saída do projeto, ainda teve muito trabalho a ser feito, então o fascículo só foi publicado em 2017. Nele contém o mapa georreferenciado feito pela equipe especializada do observatório, a diagramação elaborada pelos caiçaras e os diversos depoimentos recolhidos nas entrevistas e nas reuniões, selecionados pela equipe do OTSS. Vejo que depois que saí, as pesquisas de campo abordaram outros aspectos da vida caiçara na qual não pude conhecer com mais profundidade, como por exemplo: a história da pesca na Trindade, pesca da tainha, pesca de linha, pesca de cerco; extrativismo e pecuária; artesanato na Trindade, e sobre as perspectivas de articulação com as instituições ambientalistas.

Foi nesse ano de 2017, em que me inscrevi para uma bolsa de PIBIC. Parte das minhas inquietações que discuti no PIBIC estão expressas nessa avaliação geral do estágio, que, por sua vez, está relacionadas à surpresa em conhecer a situação atual das comunidades ditas tradicionais e as alternativas

de desenvolvimento que foram sendo criadas para lidar com diferentes agentes de ameaça, seja por meio de aparelhos e mecanismos do estado, ou por parcerias com instituições privadas. Tais mecanismos respeitam e confluem com o ritmo e a forma de vida que cada comunidade leva. São práticas adaptáveis para operar segundo o ritmo de produção das comunidades, de forma a valorizar a cultura e os saberes locais e assim promover, de forma integrada, uma vida saudável. São projetos sociais que auxiliam na luta pelo protagonismo das comunidades na aplicação de políticas públicas, na obtenção de direitos e na garantia de infraestrutura.

Quando retornei em 2018, tive a oportunidade de encontrar com um dos meus principais colegas de trabalho no projeto, por medidas de privacidade decidi atribuí-lo um nome fictício, o Cris, caçara, pai de família, ativista e pescador. No meio da entrevista semiestruturada que fiz, perguntei ao Cris sobre as impressões das reuniões da Cartografia ao longo do processo, e ele fala sobre sua surpresa com o desenvolver de uma dinâmica de participação no projeto, que foi tomando um forma própria, de acordo com o fluxo da comunidade:

A questão do mapeamento mesmo, das marcações, teve bastante gente. E foi muito engraçado até. No mesmo dia, várias pessoas passaram por ali, e a gente olhava um grupo que não era grande. Mais não era ali só aquele grupo ali. A pessoa ia, falava e aí saía dali e falava pra outro e daí daí o outro vinha e .. Sabe quando.. é uma dinâmica bem diferentes assim nas comunidades, e eu mesmo fui perceber isso e não tinha percebido. Que as pessoas, elas vêm, trazem sua contribuição e sai. Aí ele vai e faz uma fala fora do espaço que você está fazendo isso e essa pessoa vem de curioso, dá uma olhada e também dá um pitaco. [...] Olha, pra mim, teve várias caras, porque, primeiro que eu aprendi muito, porque a gente começou a dialogar principalmente com os mais velhos, né? Sobre pontos de pesca, sobre lugares importantes, moradia antiga, de roça, no lugar que hoje a gente vê uma floresta totalmente fechada e era roça, era usada pra tal coisa. A gente foi visitar aonde era a casa de dança, de chiba, na cabeça do índio. Então, eu tive a oportunidade de passear pela comunidade num lugar que foi usado a cem, cento e cinquenta, 200 anos atrás. Isso pra mim foi um aprendizado.

Para a realização do PIBIC elaborei um plano de trabalho. Nele eu esquematizei duas diferentes fases de pesquisa: a sistematização desses dados que eu trazia do campo e a pesquisa bibliográfica. No decorrer da pesquisa do PIBIC, em 2018, quando o meu objetivo de pesquisa da monografia já havia se voltado para a experiência da Nova Cartografia Social de Trindade, abriu um

edital do Departamento de Antropologia de financiamento de pesquisas de campo. Vi como uma boa oportunidade para retornar a Trindade e realizar algumas entrevistas com os participantes da Cartografia mais direcionada aos objetivos da nova pesquisa e para saber novas eventualidade que teriam ocorrido sobre o conflito de terras com a APA do Cairuçu. Achei necessário apresentar para a comunidade as pesquisas sobre a Trindade em andamento, Foi quando tive também a oportunidade de contatar e conhecer profissionais que trabalham com Caiçaras e com a Cartografia Social no Brasil, e também retomar contato com o OTSS e o FCT. Tendo a proposta aprovada no edital, realizei o que entendo como minha segunda experiência de campo.

Retornar foi interessante porque pude perguntar aos colegas Caiçaras com quem trabalhei na cartografia sobre os impactos e as impressões da realização desse processo de mapear sua comunidade, bem como as perspectivas de uso da cartografia social, a receptividade e a apropriação que a comunidade fez do material. Também esclareci algumas dúvidas do histórico da comunidade com os órgãos ambientais, assunto que ainda não estava claro para mim. Pude conhecer os novos projetos que estão ativos na comunidade, como o projeto de educação diferenciada na Casa do Mar, e alguns dos novos desafios de fortalecimento da comunidade local.

Quando fui à Trindade, os representantes da Associação dos Moradores de Trindade - AMOT se preparavam para discursar sobre a caracterização de outra área de praia da Trindade. Pude apresentar formalmente o trabalho que eu estava realizando para meus interlocutores, de forma também a dar uma devolutiva do trabalho de estágio voluntário que eu realizei junto a comunidade de Trindade alguns anos antes. Devolutiva cobrada pelos meus interlocutores de campo. Esse retorno a Trindade foi um passo essencial para tornar a pesquisa mais próxima da comunidade numa tentativa de compartilhar o conhecimento e ouvir um pouco das impressões deles sobre meu trabalho. Realizei uma apresentação após uma reunião da AMOT - sobre a implantação da Escola do Mar. Foi quando apresentei um breve texto falando sobre meu trabalho, respondi algumas dúvidas e fiz mais perguntas sobre a receptividade do fascículo no seu lançamento na Festa de Reis de Trindade.

Esse campo teve a duração de uma semana e foi composto por uma parte na Capital do Rio de Janeiro, onde encontrei previamente a coordenadora do projeto da cartografia, Anna Cecília Cortines, para saber como foi o resto do processo em torno da publicação do fascículo, sobre os caminhos do OTSS, sobre notícias de Trindade, do evento de publicação e dos novos acordos para a revisão do plano de manejo da APA de Cairuçu, bem como pude recolher mais material bibliográfico tanto da cartografia como de Trindade. Encontrei também com o Dr Aurélio Vianna Jr., Senior Program Officer da Ford Foundation, que trabalha com projetos relacionados a direito comunitário, meio ambiente, mudanças climáticas e desenvolvimento, e dentre esses projetos a Nova Cartografia Social. Ele me apresentou diferentes contextos da cartografia social no Brasil e pude conhecer melhor as iniciativas de cooperação internacional para conservação do meio ambiente. Também me recomendou algumas bibliografias sobre Cartografia Social e me deu alguns materiais de estudo.

Retornando a Brasília, pude acrescentar alguns dados à constituição do artigo/relatório final do PIBIC e somar à pesquisa bibliográfica em andamento. O artigo foi apresentado no 15º Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal, 24º Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília, no dia 25 de setembro de 2018.

Após a finalização do artigo, me programei para me inscrever nas disciplinas que faltavam para cumprir minha grade curricular e que me auxiliaram na elaboração desta monografia. Foram elas: Antropologia da Saúde, Antropologia Econômica, Antropologia Política, Tópicos Especiais em Fluxos e Globalização, cursadas no segundo semestre de 2018 na graduação. Também fez parte das matérias que me auxiliaram, a que tive a oportunidade de acompanhar, ofertada no primeiro semestre do mesmo ano na Pós-Graduação, Sociedade Camponesas.

Finalizando minha grade curricular, estabeleci meu planejamento de monografia para que iniciasse no verão de 2019, podendo ter tempo e dedicação para sistematizar e escrever sobre tudo que aconteceu, tanto nessas experiências de campo, como no manejo do aprendizado que tive na Graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia, iniciada no primeiro semestre de 2013.

2. Trindade: conflitos ativos e fluxos de resistência

Neste capítulo pretendo oferecer um panorama sobre os conflitos territoriais que aconteceram em Trindade e reproduzir um pouco da perspectiva dos entrevistados sobre esses acontecimentos. Em seguida faço uma leitura crítica desses acontecimentos explicando a forma pela qual os conceituo e sob quais parâmetros entendo o conceito de cultura ao refletir sobre a experiência de realização desta dissertação.

Trindade está situada em meio a Área de Proteção do Cairuçu, também desfruta de uma exuberante mata atlântica que desce das montanhas até o mar azul. É palco de um histórico de resistência tradicional ativa, em resposta a episódios etnocidas. Segundo o relatório de caracterização dos territórios pesqueiros, após a chegada da telefonia e a abertura das estradas, iniciou-se um vasto projeto turístico elaborado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) em meados dos anos 1960, com o objetivo de analisar o potencial turístico litorâneo entre as cidades do Rio de Janeiro e Santos. Foi a época em que a companhia Paraty Desenvolvimento Territorial S/A (Brascan-Adela), conhecida simplesmente como companhia ou TDT, tentou comprar e posteriormente expulsar os trindadeiros de suas terras por meio arbitrários. Segundo o que contam os caiçaras, eles destruíram as roças de boa parte da população, colocando na vila uma quantidade enorme de cabeças de gados soltas pelas praias para que acabassem com as roças. Isso acabou com a forma de sustento de parte da população, que foi tentada a vender suas terras para os empreendimentos turísticos e se mudar para localidades periféricas de cidades maiores como Ubatuba e Paraty, ou ingressar no turismo.

Trindade passou por alguns momentos de evasão da população das suas áreas originais de moradia. O primeiro foi em meados dos anos 1960, o episódio da TDT, quando esta companhia, a fim de expulsar os caiçaras da praia do Caixa d'água soltou uma grande quantidade de cabeças de gado para pressionar os moradores a abandonarem suas casas. Momento em que parte das famílias se sentiu tentada a vender suas terras e mudar para Paraty, visto que o cenário de Trindade era de constante tensão e disputa pelo uso das terras e as ofertas pelas terras eram de quantidades de dinheiro significativo para aquelas famílias.

Em 1971, foi criado o Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1983, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu localizada no município de Paraty. Toda a vila de Trindade está inserida na APA Cairuçu) UC que compõe o Mosaico Parque Nacional da Serra da Bocaina. A presença de ambas as unidades de conservação trouxe uma série de restrições ambientais para os moradores da vila, especialmente relacionadas às atividades agrícolas e extrativistas. Ações de fiscalização ou proibição da pesca na baía do Caixa d'áço não estavam sendo realizadas até o momento da revisão do plano de manejo do Parque Nacional, aparentemente existindo um acordo tácito de utilização da área de peca entre gestores e pescadores. Os pescadores, no entanto, se sentiam inseguros quanto à continuidade de suas atividades e por isso se sentiram impulsionados a realizar a cartografia a fim de ser um instrumento de reivindicação de direitos.

Em meados de 1970, houve um aumento da atividade turística na localidade, que se tornou um importante modo de vida, reestruturando a economia local. Um crescimento considerável nesse fluxo ocorreu a partir de 1999 com a pavimentação da rodovia PRT-101, único acesso regular à vila, conhecido como Morro do Deus me-livre. Trindade é atualmente uma das áreas mais visitadas do município de Paraty, sendo possível identificar claramente dois tipos de turismo que frequentam a localidade: o turismo episódico aquele em que o visitante usufrui das infraestruturas turísticas, como bares, restaurantes, campings, pousadas, entre outros; e o turismo de residências secundárias.

A partir desse quadro, órgãos ambientalistas foram criando diferentes tipos de unidades de conservação para proteção da natureza e como mecanismo de defesa das populações que lá habitavam. No entanto, os limites do parque foram decididos, em primeira instância, sem consulta à população local e foi violenta a forma como os agentes do parque exerceram o realojamento das famílias que estariam morando em área proibida

Transcreverei partes de uma entrevista que realizei em minha segunda ida a Trindade, aonde entrevistei um dos moradores da praia do Caixa d'áço. Também o atribuí um nome fictício por motivos de privacidade, José, também trabalhou na cartografia social, é ativo nos movimentos sociais da trindade e conhecedor da mata. Na entrevista gravada que realizei com ele, me conta

melhor como aconteceram as interações. Acho ela riquíssima em descrição de alguns processos históricos e me ajuda a ilustrar os aspectos que abordarei ao longo desse capítulo.

Trindade Desenvolvimento Territorial, ela é uma instituição particular na verdade. A sigla que herdou todo esse processo do passado, quando eram as multinacionais, né? Empresas estrangeiras e com grupos imobiliários brasileiros se uniram para desenvolver áreas exóticas, com resorts, com marina. O exemplo aqui pra gente é Laranjeiras. E eles queriam estender isso pra Trindade. [...]

E a área desses empreendimentos ficou parada. Área que já era TDT ficou estagnada. Eles cercaram todas as áreas. Então, desde o alto da Trindade, todas aquelas duas partes; o lado de baixo da estrada entre o lado de cima do morro, incluindo Cepilho – primeira praia de Trindade. Toda essa parte eles se diziam donos, até o meio aqui da vila, do Caixa d'áço. Só que essas terras ficaram paradas. Eles pagaram um tempo algumas pessoas pra ficar olhando, principalmente pessoas de Paraty. Cercando, olhando, vigiando. [...]

O parque parece que foi em 71 que ele foi criado, que teve o decreto e veio a APA, mas a gente nunca soube ao certo aonde é a linha do parque. Se você imaginar que na época em que eles criaram esse parque, o Caixa d'áço era praticamente habitável, com um monte de famílias, sabe? Muitas famílias. Família do meu pai, por exemplo. Moravam todos aqui, meus tios. [...]

Então, assim, quando eu comecei a entender, interagir e me inteirar sobre essas coisas, eu imaginava que o governo chegasse e que os órgãos chegassem de uma forma amigável. E que respeitasse as áreas que os nativos vivem e usufruem. E cuidam, e que sempre viveram. [...]

Mas se não fosse essa iniciativa do movimento do fórum e das pequenas reuniões, teria sido mais complexo, teria sido mais difícil pra muitas famílias. Porque, principalmente nessa situação atual, que é a luta com os órgãos ambientais, aonde eles chegaram a seis, sete anos atrás e com um lema meio ditatorial, com uma coisa meio ditadura. E ameaçando e desestabilizando famílias que já eram totalmente desestabilizadas. Pessoas que pra viver já fazem um esforço muito grande. E aí você vê o quanto foi difícil pra essas pessoas. Então eu tenho certeza, o fórum, essas reuniões comunitárias elas fortaleceram essas pessoas. Elas se sentiram mais com força mesmo, porque foi difícil.

Desde então, a comunidade veio formando estratégias para se proteger e assegurar seu direito de moradia e segurança alimentar. A partir da necessidade de diálogo cada vez maior com diferentes instituições, houve a formalização das associações de moradores e associação de pescadores. Houve, a partir daí, um

maior diálogo da comunidade com as ações do parque, aprofundamento nas leis ambientais e a preocupação com um planejamento social pensado por e para a comunidade, como planejamento do turismo, com um desenvolvimento pretensamente sustentável.

2.1. Do global

Encaro esses sucessivos eventos, de ações da comunidade por meio de associações e mecanismos governamentais, como eventos de dimensões não só locais, como globais. Isso porque surgiram a partir de demandas reais e cotidianas, mas que também refletem uma mudança de política mundial no que se refere a direitos humanos e meio ambiente, como também o crescimento do turismo e do turismo de luxo como ramo econômico significativo ao redor do mundo.

A cartografia social é fruto de uma demanda de posicionamento em relação a uma situação política que envolve atores de diferentes magnitudes e origens. Como, por exemplo, o próprio Estado, por meio das UC's, ou por meio de incentivos ao turismo como aconteceu nos anos 70; a ações de agentes ilegais que atuam dentro das florestas como quando fui a última vez a campo, um caiçara havia encontrado uma fabriqueta de madeira ilegal mata a dentro - às restrições de uso de áreas de praias inteiras, devido à apropriação do condomínio particular Laranjeiras; a ação de especuladores imobiliários e grileiros de terras; à invasão de praias desertas; ao turismo predatório; e a pesca industrial, etc. O próprio formato em escala latitude x longitude em que é representado o mapa de Trindade, em formato documental, revela a intenção de mostrá-lo ao mundo, de se mostrar numa linguagem padronizada que pudesse ser apresentada em diferentes instâncias.

A vida social e cultural de Trindade é marcada por diferentes fluxos que têm suas origens em movimentos culturais mundiais. A começar pelo turismo, que em época de temporada modifica todo o funcionamento da vila, pois as praias estão cheias e as atividades principais dos Caiçaras se tornam comerciais, oferecendo infraestrutura e atividade turística. É um intenso fluxo de turistas brasileiros e estrangeiros, com diferentes costumes, estéticas, culinárias etc. Outro fluxo comum na comunidade de Trindade e entre os Caiçaras, é o

fluxo de acadêmicos. Há um frequente contato com pesquisadores e estudiosos de universidades, de forma que existe um certo acompanhamento da comunidade com relação às novas produções acadêmicas sobre seu território e seu modo de vida. Inclusive existe a cobrança por parte da comunidade do retorno dessas pesquisas para o conhecimento dos trindadeiros. As próprias iniciativas de proteção da comunidade, como por exemplo a cartografia social de Trindade também são parte desse fluxo de informações que são trocadas com turistas, ambientalistas, estudiosos etc.

Para localizar meu olhar sobre a agência da população no Território da Trindade, preciso apresentar alguns conceitos. Começo por explorar o entendimento de globalização na modernidade. Arjun Appadurai (2004) desenvolve um argumento sobre a modernidade como um fenômeno e um conceito que se deseja e se declara de aplicabilidade universal; mas destaca uma diferença entre a modernização como fato e a modernização em teoria, pois enxerga na vivência dessa modernidade em teoria, uma ruptura, um corte que rompe com todo tipo de passado, que abre uma brecha profunda entre o passado e o presente. A teoria da ruptura toma os meios de comunicação social e migração como seus dois diacríticos principais e explora a imaginação como característica constitutiva da subjetividade moderna. Os meios de comunicação oferecem novas construções de 'eus' imaginados e novas possibilidades de mundos imaginados; por conseguinte, é um meio de grupos começarem a pensar-se em relação aos seus contextos de vida.

No entanto, segundo o autor, “não podemos simplificar as coisas imaginando que o global está para o espaço, como o moderno está para o tempo. Para muitas sociedades a modernidade é um alhures, tal como o global é uma vaga temporal que elas têm que conhecer no *seu* presente” (2004: 22; *italico no original*). A modernidade seria agora mais prática e menos pedagógica, e mais experimental e menos disciplinar. Portanto, ela diz sobre as manifestações do global em diferentes circunstâncias e locais do globo, e fala sobre como na prática e no cotidiano de Trindade esses fluxos são manejados e introjetados pela população caiçara.

A globalização não é um conceito homogeneizante. Pelo contrário, trata das diferentes formas que as diferenças culturais tendem a assumir na era da

comunicação de massa. Por tratar das dimensões *culturais* da globalização, o Appadurai opta pela utilização do termo culturalismo ao invés de utilizar-se da palavra substantiva cultura. No substantivo, temos um termo que, segundo o autor, esconde mais do que revela, pois enquanto substância ela é quantificável e qualificável. É a concepção que faz pensá-la como um objeto identificável e nos remete ao espaço discursivo da raça, remete à desigualdade de conhecimento e prestígio de estilo de vida. Já o sentido adjetivo de cultura está em um reino de diferenças e contrastes, pairando em um universo relacional. O sentido adjetivo de cultura vem da linguística saussuriana sensível ao contexto e focada nos contrastes. Para Appadurai:

Não vale a pena encarar a cultura como substância, é melhor encará-la como uma dimensão dos fenômenos, uma dimensão que releva da diferença situada e concretizada. Salientar esse dimensionamento da cultura em vez de sua substancialidade permite-nos pensar a cultura não tanto como propriedade de indivíduos e grupos, mas como um instrumento heurístico ao nosso alcance para falarmos de diferença. (pp 26).

Para evitar a confusão de sentidos da palavra cultura, utilizo o termo, ou o sentido de culturalismo para aludir à uma dimensão do discurso humano que explora a diferença para gerar concepções da identidade de grupo. Quando falamos em culturalismo falamos de uma política de identidade mobilizada ao nível do estado-nação. Falamos sobre a forma que as diferenças culturais tendem a assumir na era da comunicação de massas, da migração e da globalização.

Para o autor, os processos de construção da localidade perpassam a colonização, ou algum tipo de poder socialmente organizado sobre as pessoas que ocupam determinado espaço. A localidade é relacional e contextual: enquanto etnopaisagens, os bairros implicam uma consciência relacional de outros bairros, mas ao mesmo tempo atuam com autonomia de interpretação, valor e prática material. “Assim, a localidade enquanto fato relacional não é o mesmo que a localidade como valor prático na produção quotidiana de sujeitos e na colonização do espaço” (2004: 247).

Assim sendo, entendo a cartografia com fruto de um processo de territorialização que vem acontecendo com essas comunidades locais. Esse processo vem da necessidade de definir-se espacialmente para instituições a partir das suas áreas de uso. Foi necessário definir o que antes eram terras utilizadas das famílias caiçaras e delimitar as áreas de uso da comunidade, porque ao longo dos anos, a partir da entrada de novos agentes na comunidade, essas terras foram assumindo diferentes finalidades. O termo territorialização nos permite entender os processos identitários estudados em contexto e percebidos também como atos políticos, pois aborda a formação das identidades relacionando-se com definições exteriores arbitrárias, juntamente com a apropriação do espaço.

De forma que trata-se de um termo relacionado a ocupação do espaço que consegue abranger os fluxos e os processos, que vivem esses grupos que se territorializam. Fala sobre a apropriação, defesa e ocupação ativa dos locais de uso social e cultural desses grupos em resposta a pressões externas e instituições burocráticas. João Pacheco de Oliveira ressalta:

É uma intervenção da esfera política que associa — de forma prescritiva e insofismável — um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. É esse ato político — constituidor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado) (1998: 56)

Estaríamos, contudo, enganados se entendêssemos esse processo como um processo de mão única, de agência unicamente externa e homogeneizadora. É também a formalização da ideia de uma identidade específica, individualizada e contextualizada. Na cartografia social, os caiçaras trindadeiros puderam falar sobre si e seus costumes específicos, por um meio formal. O mapa resultante diz sobre os caiçaras da Trindade e suas demandas, não sobre apenas uma denominação genérica de ‘populações tradicionais’.

Por reconhecer esse evento de territorialização em campo, quando me refiro à *vila* ou ao *bairro* de Trindade, me refiro ao bairro que hoje existe formalmente e que tem o seu formato moldado por esses acontecimentos históricos que citei anteriormente. Portanto, é onde hoje se encontra a maior

parte da população de Trindade, os pontos turísticos, a escola, a sede das associações, o pronto socorro, o cemitério, os rancho de pesca, as roças.

Quando eu falo do *território* caiçara de Trindade, eu me refiro à área descrita pelo mapa da Nova Cartografia Social de Trindade, que abrange as áreas de moradia das famílias caiçaras e de utilização histórica, ou tradicional, que se estende desde a praia Vermelha até a Cabeça do Índio, na divisa dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Lembrando que é um conceito que existe em sua forma relacional, porque o território muda sua delimitação a partir dos usos e do tempo. A área de utilização dos trindadeiros, por exemplo, foi sendo reduzida ao longo dos anos, sem que a noção e o direito do espaço enquanto território de atividade tradicional se abalasse.

Acho marcante o discurso final da apresentação dos pescadores na Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em São José do Barreiro pois ele marca o fluxo de troca de informações entre esses diferentes agentes, comunitários e órgãos ambientais. E também propagam um discurso que conflui com as perspectivas 'sustentáveis' e com a preocupação da preservação do meio ambiente, que também vai em confluência com as perspectivas ambientalistas com que discutem:

"de forma alguma, de maneira alguma nós pescadores somos contra a unidade de conservação. Isso pra nós talvez seja uma bênção, nos ajudar a agregar valor, ajuda a preservar, ajudar que minha filha, meu filho ou meu neto tenham direito também de pescar o peixe sadio com qualidade, né?

Hoje com a nossa questão aqui, na nossa região aqui a Angra, Angra I, Angra II a usina, pode ser que venha de lá, eu não sei daonde que é, mas dá um medo danado de ir lá.

.....

Isso pra nós pescadores, é uma facada no coração, porque aquilo ali, a gente ou vai comer peixe (como já tem peixe) com mutação, peixe envenenado, ou não vai comer peixe, vai morrer como morre aí nessas baías de rio aonde cai o óleo dessas usinas.

Só pra mostrar que essa preocupação com a preservação é maior nossa porque somos os beneficiados diretos. A gente se beneficia direto. Pra nós ela é mais do que interessantes, ela é super, hiper interessante. Foi isso que eu aprendi com os mais velhos ' não mata esse filho de Barú isso aí é o peixe grande de amanhã. Não mata esse peixe, isso aí não se come. Não mata esse cipó aí, se você corta esse cipó aí você não tem cipó. Então assim, o que eu aprendi, o que eu venho aprendendo hoje, a forma como usa, a forma que o pai vai cortar a madeira, a preservação da madeira.

A minha avó me deu uma surra porque eu estava indo com uma faca de mesa cortando Guapuruvu, é uma das madeiras que cresce rápido e faz canoa. Ela virou pra mim e falou assim ' você não sabe que isso é serve pra você amanhã? Isso aí é um Guapuruvu você pode fazer canoa' ela falava assim... Então eu era obrigado a saber qual madeira eu cortava e precisasse. E cortar se precisar, entendeu?

O peixe que eu precisava matar é a quantidade que eu precisava matar. Então eu trouxe isso aqui só pra uma reflexão nossa como concelheiros. Porque na última apresentação a gente não conseguiu fazer essa apresentação em Trindade por conta de vários problemas.

Nós como pescadores de Trindade pedimos uma reunião com o ICMBio mas também não conseguimos fazer uma reunião. Nos sentimos prejudicados dentro daquela área lá que fomos rotulados como pesca predatória, uma atividade que não deve existir. Eu acho que ela não é predatória. Eu acho não, eu tenho certeza. Ela não é predatória de maneira alguma.

Nós como seres humanos respiramos, fazemos todas as necessidades, precisamos comer, precisamos alimentar, vestir... E fazendo isso a gente precisa sacrificar, talvez um boi pra comer, um peixe pra comer, uma alface, um agrião, uma fruta pra comer e isso de certa forma também é impacto. Então de certa forma nós precisamos de causar impacto. Se a gente pode causar menos impacto possível, eu acho que esse tipo de pesca causa menos impacto possível comparado com outras realidades que vem vindo com a evolução. Eu prefiro essa.”

2.2. Para um local

Sabe-se que a constituição do termo ‘comunidades tradicionais’ está intensamente vinculada aos movimentos internacionais ambientalistas e humanistas que passam a ter lugar nas políticas públicas do Brasil a partir da década de 1980 e maior intensidade nos anos 1990. Como relata Lucila Pinsard Vianna (2008), a partir da Rio-92 foi o momento em que se pensou conservação da biodiversidade e, também, que se definiram diversas UC’s no Brasil. Esse processo de implantação das UC’s foi marcado por intensa discussão entre ambientalistas conservacionistas e humanistas. A primeira corrente, conservacionista, identifica a ação do homem nesses ambientes naturais como nociva; a segunda, mais humanista, pensa essas populações que vivem historicamente naqueles ecossistemas como *ecosystem people*, como pessoas que fazem parte do funcionamento de determinados ecossistemas. Incluí-las dentro dos planos de manejo foi a solução para o contexto dessas populações no Brasil, visto que a manutenção de diversos ecossistemas que se encontram dentro de UC’s, depende das ações e do cuidado das populações que lá habitam para manterem-se saudáveis.

Nesse segmento de políticas públicas, foram chamadas de “populações tradicionais”, e a partir de então viveu-se dentro dessas comunidades um processo de assimilação dessa condição perante o estado. De fato, já existiam algumas classificações sociais nas quais foram embasadas essas ideias de “população tradicional”. Temos, por exemplo, os verbetes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1916, que se ocupam em classificar os ‘tipos humanos’ para essas populações camponesas do país, incluindo os caiçaras. No entanto, a autoidentificação das pessoas como caiçaras passou por um

processo de ressignificação, até que chegasse a ser usado com propriedade. Como ouvi diversas vezes em campo, para os nativos antigamente ser caçara não tinha uma boa conotação; estava ligado à ideia de atraso.

Os caçaras também se modificaram e interagiram com esses ciclos econômicos que citei brevemente. Como comunidades camponesas, são populações rurais que convivem com grandes cidades, que se diferenciam não no maior ou menor grau de envolvimento com o exterior e sim na forma como este acontece. Os camponeses são cultivadores cuja estrutura de produção está ligada a um empreendimento que não prioriza acúmulo do lucro no sentido econômico. Seus excedentes vão, normalmente, para as mãos de grupos dominantes constituídos pelos que governam. Eric Wolf (1970) dedica todo seu livro ao empreendimento de estudar diversas comunidades camponesas do mundo a fim de as reconhecer como uma categoria com agência política e econômica nas relações globais, que ofereceram a infraestrutura sobre a qual a sociedade capitalista pôde se embasar e dessa forma integra essas sociedades a todo um fluxo global.

Como conta em entrevista no último campo que realizei Cris, quando lhe pergunto sobre o início da AMOT e o envolvimento dos pescadores com o Parque nacional:

“A partir desse momento que ela foi registrada a gente começou a ordenar dentro da associação dos barqueiros e pescadores, como é que a gente queria ser. Como é que a gente ia recepcionar o turista, o que que a gente ia defender, como é que a gente ia, para onde a gente não ia, pra onde a gente ia. Com certeza nesse debate com o parque que é o debate mais de diálogo forte, a gente cresceu muito. A gente teve que olhar para lados que a gente não olhava, e teve que se colocar. A partir do momento que você se coloca, você precisa trazer muitas coisas, né? Tipo, a sua postura, como é que você via agir, a suas experiências e aí conhecer novas experiências e traçar um rumo, falar: eu sou isso, eu quero isso eu defendo isso. Então a partir do momento que a gente começou a dialogar com o parque a gente teve um amadurecimento principalmente jurídico, né? Que a gente aprendeu e teve curso sobre leis ambientais. E aí a Anna Cecília ajudou muito, o fórum trouxe muita contribuição, a universidade, a Unicamp a UFRJ, a USP, várias pessoas que passaram por aqui trouxeram um pitaco de experiências e que a gente foi trazendo aquilo e pegando um pouco de cada um e criando também o nosso estilo assim de defesa aqui, né?”

A experiência de pesquisa da professora Rosane Manhães Prado com os caçaras da Iha Grande em Angra dos Reis nos conta um pouco sobre o processo

de assimilação e ressignificação das identidades caiçara. À época, ela relata um descompasso entre as perspectivas dos pesquisadores na definição do que é ser caiçara e a definição dos moradores da ilha como tais. Desde então, esse processo vem se intensificando e cada vez mais o termo vem sendo ocupado e apropriado pelas populações.

Reproduzo aqui alguns depoimentos contidos no fascículo da Nova Cartografia Social de Trindade, que são trindadeiros falando sobre sua identidade; eles ilustram de forma as permanências e as trocas entre os fluxos que agem em Trindade.

Ele não é só pescador ou só agricultor ou só trabalha com turismo. Não! Na baixa temporada, você vai fazer o que? Você vai pescar, vai para roça, vai trabalhar com outra coisa, vai trabalhar fazendo casa, artesanato quem faz, é assim. Então quer dizer que, nos dias de hoje a gente tem que andar escangalhado pra dizer que é caiçara? Nada disso. O caiçara tem que lutar e dizer eu sou caiçara sim. Por que eu não posso evoluir? Por que o caiçara não tem direito de estudar? Por que tem que morar na casa de barro escangalhada? Eu vou morar na casa de barro porque eu quero morar numa casa de barro. Agora se eu quero morar numa casa de cimento, por que eu não tenho direito? Não tenho o mesmo direito que os outros? (Robson Dias Possidônio)

Tradicional é você manter as tradições. Para mim, você ser tradicional está na sua essência, no que você sabe, nos seus conhecimentos. Que é o que eu aprendi aqui. Isso eu posso ir para China, eu nunca vou perder. Pode diminuir se eu sair daqui, claro que muitas coisas eu não vou conseguir mais lembrar porque eu não vou estar mais aqui, mas aqui eu olho para aquela árvore e eu lembro. Eu olho para aquele mato e eu lembro. Aqui que eu consigo reviver o meu passado. (Jacira B.P. Lopes)

Em Trindade esse movimento vem sendo alimentado por diversos projetos da comunidade que traduzem as perspectivas desta para o futuro. Os caiçaras da Trindade trabalham para definir os princípios de ação com relação ao papel da comunidade perante o estado. Iniciativas como, por exemplo, o cuidado da limpeza das praias, a segurança dos turistas por meio do cuidado de salva vidas (que na maior parte do ano é feita pelos pescadores); a elaboração do projeto de educação diferenciada e adaptada para ensinar as crianças conhecimentos que fazem parte da realidade caiçara, por meio da construção da Casa do Mar; a manutenção do mercado comunitário de peixe; o turismo de base

comunitária, que pensa a integração financeira dos núcleos familiares e dos integrantes da comunidade em suas atividades tradicionais, etc.

São Ações que foram constituídas e pensadas a partir do intercâmbio de experiências com outras comunidades do Brasil, como no caso da Cartografia Social da Trindade, que contou com o apoio da comunidade caiçara de Cabo Frio que já tinha passado pela elaboração da sua cartografia social; como por exemplo, a constituição da Casa do Mar, que foi criada seguindo o modelo de uma escola de educação diferenciada já existente em Taubaté.

Ações que reiteram e fortalecem a autonomia dos trindadeiros perante os acontecimentos exteriores e que também buscam cuidar da saúde cultural da comunidade, fator que não é contemplado pelos mecanismos do estado. Reproduzo aqui outro relato do Cris que ilustra um pouco da sua perspectiva em relação ao seu papel de militância na comunidade:

“porque essa vida política, esse tipo de política que eu defendo. Que é uma política social, uma política isolada da política que a gente conhece, é uma política muito de doação, de um ideal que você defende, uma coisa que tá dentro de você. [...] Então aquilo toma conta de você e você não consegue se segurar e levanta a mão e fala ‘poxa, isso é uma injustiça social’ como é que pode um condomínio chegar aqui e tirar uma comunidade do seu lugar de origem e levar pra uma periferia de uma cidade, o que que nós estamos causando com isso, né? Ou de tirar um pescador que ele só sabe pescar, que ele só sabe viver no mar e colocar ele na cidade, ou tirar o território dele aonde ele pode plantar, aonde ele pode levar, ou proibir e fazer ele virar um trabalhador assalariado. Isso eu não consigo entender.”

Escutei em campo diversas vezes o conceito de saúde cultural, da forma como está colocado o termo cultura alude a uma acepção do termo como substantivo e conteudista, ao contrário da concepção culturalista que adoto. No entanto, no contexto de campo o termo fazia sentido olhando de uma forma pragmática: é comum famílias abandonarem suas casas e irem morar em Paraty em favelas, com baixa infraestrutura e saneamento básico; também é comum a falta de emprego e o envolvimento de jovens com o tráfico e por conseguinte uma queda na qualidade de vida dessas pessoas. A experiência do OTSS é um mecanismo do SUS que abre uma brecha e viabiliza colocar em ação, de forma experimental, possíveis planos de desenvolvimento que sejam sustentáveis e provam saúde e ‘bem-estar’. É levando em conta esse contexto que considero plausível falar

numa 'saúde cultural', e não pensando numa preservação estática do termo cultura. Entendo que 'tratar' o que faz com que essas pessoas vivenciem um estado de pobreza e instabilidade, trata sobre saúde de muitas formas e a mais evocada delas é a saúde alimentar, à medida que essas famílias que estão plantando e pescando hoje em Trindade, por exemplo, estariam nas favelas de Paraty se não tivessem resistido em suas casas por tanto tempo. No entanto são concepções que vem de uma produção acadêmica ligado a regulação nem saúde pública, saúde do trabalho, saúde ambiental etc, e que partem de outros critérios metodológicos dos das ciências sociais. Segundo GAMARRA (2015) a regulação em saúde busca formar parâmetros e critérios de decisão por parte do Estado para lidar com conflitos sobre a produção de hegemonias e atender a demandas de proteção e emancipação expressas pelos movimentos sociais em contextos democráticos justos.

Caracterização dos agentes

- O OTSS e os ODS

O projeto *Territórios Sustentáveis, Promoção da Equidade e da Saúde em Comunidades Tradicionais no Mosaico Bocaina* foi financiado pelo edital 2/2012 da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA e o Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina foi financiado pelo termo de cooperação entre FUNASA e Fundação Oswaldo Cruz. Visava-se, assim, implantar experiências teórico-práticas para a construção de territórios sustentáveis e saudáveis tal como propugnado pela Conferência Internacional de Saúde Urbana, a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde e a Rio+20, eventos que aconteceram em reforço ao movimento de estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os ODS são parte de um tratado estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas que definiu 17 metas globais que abrangem questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social. Os projetos ligados à saúde, por exemplo, como uma das dezessete áreas preliminares definidas nos objetivos, são capazes de impulsionar o enfrentamento de determinantes sociais que impedem um desenvolvimento sustentável.

Esses movimentos socioambientais de dimensões mundiais marcam a emergência de um debate que sai dos círculos mais restritos da academia e dos ambientalistas para ganhar o espaço em formulação de políticas públicas e privadas a partir de organismos internacionais multilaterais. Culminam na adoção de um conceito de desenvolvimento sustentável, que busca o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, em uma perspectiva de promoção da equidade e da sustentabilidade socioambiental.

Como entende Andréia Setti (2012), a saúde ambiental busca olhar o ambiente como componente da saúde, não de forma isolada ou linear, mas contextualizado e inserido na complexa trama da determinação da saúde das populações. O desenvolvimento do potencial econômico e de inovação do Complexo Produtivo da Saúde, e a geração de emprego, lucro e distribuição de

renda dele advindas, devem considerar a garantia das necessidades sociais básicas, mas vinculadas à garantia do bem-estar social, articulado ao crescimento econômico sustentável com equidade e justiça social.

A cartografia surge com a intenção de assegurar o território e, dessa forma, garantir segurança alimentar e integridade cultural para as famílias caiçaras que pescam e para as outras famílias e comunidades que também consomem o peixe da Trindade. Como fala Bentedita, em um entrevista para cartografia sócia, que realizamos na mesa do restaurante, com seu filho sobre a situação da pesca na Trindade:

É, mas o que acontece também, Noé, é que mudou um pouco o conceito das coisas. Hoje em dia é assim: a gente fala de segurança alimentar. Você não ganha o dinheiro, o capital em cima do peixe, mas você ainda... A nossa família ainda come peixe fresco.

- O FCT

Como nos conta o Cris nome fictício do caiçara, pescador e, segundo o que me conta, segunda geração de ativista pelo direito dos povos tradicionais. Em entrevista do meu segundo campo, quando lhe perguntei sobre a formação do FCT ele me diz:

Acho que de certa forma a gente já tinha o fórum dentro da gente, porque o mesmo problema do Sono, o mesmo problema do quilombo do Campinho ou das aldeias, em determinado momento são parecidos, iguais ou o mesmo problema que o nosso. E a gente se reunia, né? É, se encontrava, se falava, e até disso que surgiu essa união, ná? O fórum. Eu mesmo tive acesso ao fórum de 2008 pra cá. Agora, o fórum tipo, formado, que se criou em 2007.

O fórum foi viabilizado por meio meio de políticas públicas nacionais, previsto pelo SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, como um meio de promover discussões sobre os territórios tradicionais.

Ele existe com a missão de promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Dessa forma o Fórum apoia as comunidades tradicionais de Angra dos Rei, Paraty e Ubatuba nas suas

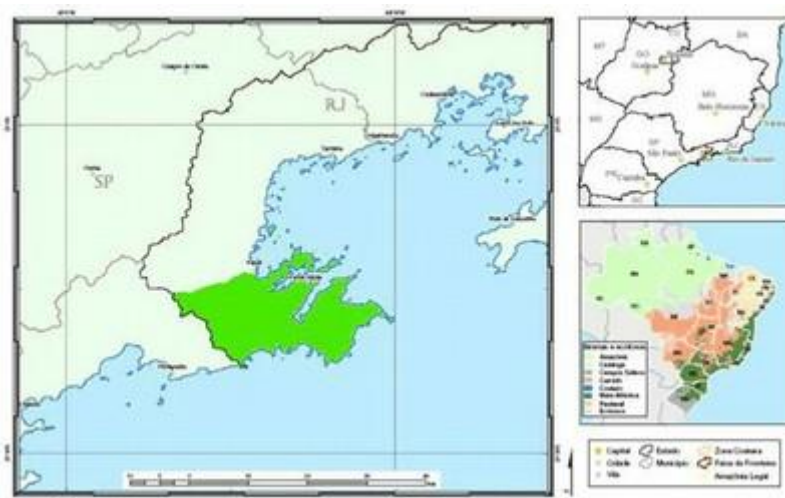
demandas estruturais. Também promove encontros de trocas de saberes entre as comunidades, encontros de jovens, diversas oficinas eventos culturais como a festa do fandango caiçara, a corrida de canoa caiçara, etc.

Esses mecanismos de incentivo à cultura ocupam um lugar importante na manutenção da tradição entre essas comunidades. Certa vez foi em uma festa de fandango caiçara, ritmo e festa tradicionais, que conversava com o mestre canoeiro de Ubatuba, um dos últimos mestres canoeiros caiçara; e ele me contou do quão necessário essas atividades foram para que se mantivessem existindo diversas práticas tradicionais. Se usa inclusive como exemplo, que já não se sustentava apenas como mestre canoeiro, estava abandonando a profissão para se empenhar em outras atividades mais lucrativas, como por exemplo a marcenaria. Ele conta que sem alguns incentivos de manutenção da cultura Caiçara, sem as corridas de canoa caiçara, estava insustentável permanecer como mestre canoeiro. Como ouvi em outros depoimentos ele era, até então, a segunda pessoa que ainda sabia construir uma canoa caiçara, da forma antiga.



Mestre canoeiro de Ubatuba, na praia do meio de Trindade fazendo a primeira canoa da filha do seu amigo caiçara. Foto tirada por mim

Caracterização da APA de Cairuçu



Mapa extraído do site da APA Cairuçu- <http://www.icmbio.gov.br/cairucu/com-phocagallery-categories/quem-somos.html>.

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu é uma unidade de conservação federal ligada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), e foi criada pelo

Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983 e possui uma área total de 34.690,72 hectares. Localizada ao sul do município de Paraty, estado do Rio de Janeiro, é constituída por uma porção continental que abrange desde a margem direita do rio Mateus Nunes até divisa com o município de Ubatuba, no estado de São Paulo. Além disso, possui uma parte insular que engloba as 63 ilhas de Paraty, desde a Ilha do Algodão, em Mambucaba, até a Ilha de Trindade. É importante ressaltar que o Decreto de criação estabeleceu parcialmente o zoneamento da APA Cairuçu, definindo todas as ilhas, ilhotes e lajes como integrantes da Zona de Vida Silvestre, onde não eram permitidas a construção de edificações e outras atividades degradadoras ou potencialmente causadoras de degradação ambiental. (p. 11)

Segundo o plano de manejo, o primeiro tendo sido elaborado entre os anos de 2000 e 2005.

Por ser uma unidade de conservação federal de uso sustentável, a APA de Cairuçu visa à coexistência em equilíbrio da natureza e a sociedade, promovendo a conciliação entre as atividades humanas e a conservação da biodiversidade, tencionando [sic] a melhoria da qualidade de vida da população.

Dessa forma, busca-se atingir o objetivo de criação da unidade: assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, paisagens de grande beleza cênica, sistemas hidrológicos da região e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema. Para isso, a gestão da unidade é participativa, contando com uma equipe multidisciplinar e com o conselho gestor, do qual fazem parte diferentes lideranças comunitárias, de organizações locais, órgãos públicos e universidades. (2018 : 16)

Segundo o próprio Plano de Manejo da APA Cairuçu em 12 de maio de 2016 foi publicado o Decreto nº 8.775, que revogou todos os artigos do Decreto de criação da APA Cairuçu que estabeleciam parcialmente o zoneamento da unidade, determinando que ele fosse definido no plano de manejo. Estabeleceu a necessidade de atualização do mesmo de forma a incluir a participação de outros agentes sociais, como por exemplo a comunidade caiçara de Trindade, que até então não estavam pragmaticamente incluídos como parceiros de gestão do parque, como está previsto no plano de manejo original. No mesmo ano, em 2016, iniciou o processo de monitoria do plano de manejo, definindo estratégias para uma futura revisão desse plano, de forma a garantir a participação das populações tradicionais e residentes na APA, no processo de caracterização do território da APA.

O processo de elaboração desse novo plano de manejo foi referendado pelo conselho gestor da APA Cairuçu, que, por meio da Câmara Temática de Comunidades e Povos Tradicionais, junto com a Câmara Temática de Comunicação e Formação, definiu a estratégia de mobilização e execução das reuniões comunitárias que ocorreram em três etapas: sementeira, diagnóstico participativo e planejamento participativo. Esse processo terminou em 18 de abril de 2018, a partir de uma apresentação técnica das propostas finais nas comunidades e na sede do ICMBio em Brasília. Em seguida, houveram novas rodadas de discussões entre a direção do instituto e a Prefeitura Municipal de Paraty. Ao final das rodadas de discussão, após incorporar as recomendações, a versão para aprovação jurídica junto à Procuradoria Federal Especializada do ICMBio foi consolidada seguida da posterior publicação da portaria.

A aprovação do novo plano de manejo da APA de Cairuçu, foi um importante momento de concretização da Cartografia Social, apesar de não simbolizar um esgotamento das funções do fascículo, pois este está à disposição

para ser usado e ressignificado ainda muitas outras vezes. Tratou-se de um momento em que a cartografia foi efetiva e isso nos dá oportunidade para tirar conclusões sobre as possíveis utilizações do fascículo, pois foi com ele que os moradores explicaram suas necessidades de reformas no plano de manejo da APA Cairuçu.

O evento de revisão do plano de manejo teve a participação efetiva das comunidades. Dentre outras deliberações, houve o reconhecimento e a inclusão da existência das residências na praia do Caixa da'ço e da atividade da pesca tradicional numa zona que é de Sobreposição Territorial e que obedece às normas da Zona de Uso Restrito. A título de esclarecimento, reproduzo aqui a função e o regulamento das respectivas áreas:

as zonas de Uso restrito são:

Áreas com cobertura florestal em bom estado de conservação onde podem existir moradores isolados, distantes dos aglomerados ou vilas, e onde ocorre uso direto dos recursos naturais de forma eventual pelas populações residentes. (p. 56)

Em que:

O acréscimo de residências de moradores tradicionais poderá ser autorizado pelo ICMBio, em casos excepcionais devidamente justificados, sendo vedada a construção de nova residência por motivo de cessão ou venda da moradia original a terceiros. (p. 56)

As zonas de sobreposição territorial são:

Áreas protegidas legalmente instituídas com regime jurídico que prevaleça sobre a APA de Cairuçu: Parque Nacional da Serra da Bocaina, Estação Ecológica de Tamoios, Terra Indígena Araponga, Terra Indígena de Paraty-Mirim, Território Quilombola Campinho da Independência e Território Quilombola do Cabral. A Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ) não foi incluída nesta zona por não dispor de plano de manejo. Porém, o zoneamento e normatização definidos para a área sobreposta estão alinhados aos objetivos de criação da REEJ. (p. 70)

E nessas áreas:

sobrepostas com unidades de conservação de proteção integral e regime fundiário de domínio público, as normas de uso são aquelas estabelecidas nos seus respectivos planos de manejo. (p. 70)

3. Cartografia Social e Expressões Heterotópicas

Neste capítulo pretendo explicar como a metodologia cartográfica se articula com a minha experiência de campo e como ambas emprestam significados ao discurso fortalecido pela cartografia social; e sobre como a cartografia se revela como forma de apropriação de um mecanismo discursivo de poder que age sobre as experiências de vida dos caiçaras de Trindade uma narrativa, que, até então estava sob a perspectiva dos órgãos ambientais envolvidos na construção do plano de manejo da APA Caiçu, que age sobre o território da comunidade de Trindade.

Para construir meu argumento, exponho algumas teorias a respeito do fazer cartográfico e sua evolução ao longo do tempo, situando as perspectivas que me fizeram estabelecer pontes com a noção de poder foucaultiana. Faço a distinção entre os mecanismos de poder que identifiquei em campo, nesse momento episódico que constituiu o período de tempo de 2015 a 2018, para elaborar sobre as formas de defesa de interesses estão sendo utilizadas por esses movimentos sociais.

Cartografia Social de Trindade

Zigmund Bauman, faz uma reconstrução histórica dos primórdios da cartografia, a partir da elaboração de unidades de medida e do processo de burocratização dos estados monárquicos. A codificação de conhecimentos exclusivos do Estado teria marcado o início da produção de uma padronização de medidas e de perspectivas, que respondesse a um determinado tipo de linguagem especializada. No intuito de construir um ponto de vista cada vez mais objetivo e fidedigno às atividades que aconteciam nas cidades, estabeleceram-se unidades de medidas que seguiam a lógica da época: eram unidades embasadas nas proporções humanas. Portanto a objetividade de observação das dinâmicas das cidades dependia de um certo ponto de vista do observador, para que pudesse enxergar todas as atividades e registrá-las. No caso dos estados monárquicos quem lia os mapas seriam integrantes do governo que sabiam a linguagem dos mapas.

As diferentes origens dos mapas realizados até então faziam com que neles houvessem diferentes tipos de informações, como, por exemplo, os mapas

cosmográficos de Sião que tinham diferentes informações dos mapas militares que eram considerados profanos.

Até que a partir do século XIX, com o crescimento da geografia como disciplina, a ciência cartográfica tem sua história marcada por um corte epistêmico e positivista que passou a considerar apenas um tipo específico de mapeamento. O exercício da cartografia colonial causou uma desarticulação entre os saberes integrados num território e que eram representados em mapas antigos de indígenas, turcos, chineses etc. Isso ocasionou um desenvolvimento da ciência cartográfica cartesiana e positivista. Nesse contexto, a cartografia se amplia num empreendimento de controle espacial no molde disciplinar do estado moderno, que se desenvolve, segundo Bauman (1999), em um modelo panóptico. Isso ocasiona a supressão de práticas, saberes e ontologias locais fora dos domínios de discurso estatais, por meio de práticas administrativas do estado que se expressam no conteúdo dos mapas. Estes assumem formas de representações abstratas que nos fazem pensar que olhamos o mundo de cima para baixo, vazio e inabitado.

A partir da virada territorial, ou, da virada cartográfica, nasce uma cartografia crítica: grupos étnicos assessorados por intelectuais engajados, como geógrafos, antropólogos e cientistas sociais, que num contexto político favorável passaram a utilizar desses instrumentos como meio de reivindicação de direitos e a investir em cartografias participativas.

A devolutiva de elementos históricos e culturais ao conteúdo dos mapas participativos e das cartografias sociais é o movimento de sujeitos subalternizados num processo de visibilização territorial. Revela o que Aurélio Vianna (2009) entende como um movimento de reencantamento do mundo, que citei anteriormente neste trabalho. É a devolutiva da autonomia de defender as necessidades de cada local, considerando os fatores formativos e ontológicos dos habitantes de cada lugar.

Cabe a esses movimentos, que se reconhecem como de recartografização, ou contracartografização, se valer das tecnologias georreferenciais, e dos conhecimentos locais, revelando toda uma multiplicidade de experiências e saberes que acontecem nos lugares. Nessas metodologias

existe a intenção de amenizar os cortes ideológicos ocidentais nas informações contida no mapa, mas existe uma impossibilidade de neutralizar cortes nas formas de representação do espaço por meio do mapa georreferencial, visto que ele segue um modelo base padronizado pela disciplina cartográfica.

“O mapa explora um sistema de signos específico, minoritário diante da dominação das linguagens verbais. Em consequência, a auto-referência, isto é, o fato de que os outros objetos construídos na mesma linguagem se incorporam ao referente externo ou mesmo o mascaram para fazer da cartografia um exercício fechado sobre si mesmo, toma um rumo particular. A intertextualidade é certamente também fundamental nas linguagens verbais, mas o universo do discurso neste caso está tão próximo do mundo social global que a auto-referência é quase sinônimo de contexto cultural.” (LÉVY, 2002 : 154)

Por tanto, o fazer cartográfico se assemelha ao que Ingold reconhece na figura do *wayfarer*, “para o andarilho o terreno é aprendido na passagem de um lugar para outro lugar, nas “histórias de movimentos e de mudanças de horizontes ao longo das trajetória” (2010 : 21). Para um *wayfarer* o movimento não é apenas um auxiliar do ato de conhecer – não uma mera forma de obter pontos em pontos em ordem de coletar o conjunto de dados do sentido para subsequente modelagem na mente. “Mover é conhecer!” diria Ingold, sendo assim o *wayfarer* conhece ao se mover ao longo de um caminho.” (Ingold *apud* Motta, 2014 : 21)

Desta forma, reconheço a minha vivência de descoberta do território da Trindade, pois fui adentrando o território e conhecendo por meio das caminhadas guiadas que aconteciam, se deslocando de um lugar a outro com os moradores, nas entrevistas que participei, na vivência do cotidiano nas casas caiçaras, fui aos locais exatos dos pontos escolhidos na representação cartográfica da comunidade de Trindade: as roças e os ranchos de pesca, por exemplo. E foi por meio do projeto da Cartografia que eu fui conhecendo Trindade e tratou-se do primeiro acesso a lugares e instituições que eram alheios ao meu conhecimento. Existem afetos gerados pela experiência completa em Paraty, que constituem meu entendimento das demandas do território; mas, sobretudo, se trata do conhecimento de uma situação social de injustiça provocada por mecanismos do Estado que só foram tomando sentido à medida que eu

acessava os lugares específicos de Trindade aos quais o esboço do mapa me levava.

À medida em que eu os adentrava, os espaços iam tomando significado e importância, se complementando dentro da lógica espacial da comunidade Caiçara; iam formando uma teia de significado, que revelava as histórias e as necessidade de uso dos espaços e, portanto, a importância da disputa jurídica pelo direito de utilização do espaço.

Usando os termos de Nego Bispo, poder-se-ia dizer que cada espaço identificado no mapa chama a atenção para um funcionamento social biointerativo, pois por meio das interações com a mata e o mar, com a confluência do clima e das estações, é que se fazem as instituições sociais. Bispo encontra um exemplo nos eventos das farinhadas dos quilombos, que são eventos que mobilizam toda a comunidade em diversas etapas da sua realização, agem em diferentes esferas sociais e são atividades que acontecem junto à colheita da mandioca “E assim se lava a massa, se colhe a tapioca, se torra a farinha, se faz o beiju; e assim se namora, marca noivado, e vive-se durante um longo período, onde se faz muita força, mas toda essa força se transforma em festa.”(2015 : 84) Bispo está se referindo a sociedades que se desenvolvem em estruturas orgânico sociais.

São estruturas que possibilitam atividades e trocas econômicas, sociais e simbólicas com os agentes circundantes. No caso da Trindade, a pesca de cerco e as atividades ligadas ao mar seriam um exemplo, porque são atividades que reverberam em diferentes dimensões da comunidade. A pesca mobiliza diariamente os homens que vão em grupo ao cerco, as famílias que vendem peixe e compram peixe, e as mulheres que o cozinham, de dentro ou fora da comunidade. Trata-se de uma estrutura ameaçada pelo conflito analisado, que se referia à impossibilidade de utilização de uma importante área de pesca e moradia tradicional.

Quando penso nessas vivências, penso na caracterização ou na categorização dessas experiências, penso na constituição de um sentido sinestésico de entendimento do lugar. Me pergunto como poderia explicar o meu ‘entendimento’ da importância de utilização ecológica de um ponto de cerco

marcado em Trindade, apenas por ver aonde ele se situa. No mar, entre as montanhas, perto ou longe das pedras, um ponto de cerco significa a produção pesqueira de uma família: ele é escolhido a partir das experiências pesqueiras do dono do cerco, portanto, do melhor local de pesca levando em conta os ventos, as correntezas, o fluxo de cardumes e animais; escolhido a partir dos espaços disponíveis entre os pescadores.



Foto de reunião da cartografia social para marcação dos pontos de pesca – foto: Eduardo Di Napole

Penso sobre como uma cartografia dos afetos é constituinte do fazer cartográfico, pois, como diz Tiago Mota: ‘Mapear é, então, um fazer singular, experiencial e performático, onde emergem conhecimentos’(2014 : 23) Então a experiência do fazer cartográfico é perpassada pela construção de afetos e de informações que constituem um mapa sentimental relacionado ao local que se estuda. As “paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos - sua perda de sentido - e a formação de outros: mundos que se

criam para expressar afetos contemporâneos” (1987, pp 1). Para Suely Rolnik, o cartógrafo é um verdadeiro antropófago:

vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado. Está sempre buscando elementos/alimentos para compor suas cartografias. Este é o critério de suas escolhas: descobrir que matérias de expressão, misturadas a quais outras, que composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretende entender. Aliás, “entender”, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. Para ele não há nada em cima - céus da transcendência -, nem embaixo - brumas da essência. O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão. E o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem. (1987, pp 2)

Foi sobre esses universos destruídos e reconstruídos que eu construí minhas pontes de linguagem estabelecidas para traduzir essa experiência de campo de significado antropológico. Como mencionei na introdução deste trabalho, muitas das minhas apreensões foram construídas a partir de uma perspectiva foucaultiana.

Se na cartografia cartesiana podemos encarar o mapa como uma perspectiva panóptica, silenciadora, homogeneizante e disciplinar; esses movimentos de recartografização surgem como emergência de uma heterotopia foucaultiana, pois retratam funcionamentos e dinâmicas inclusivas de gestão do espaço por meio de uma dada estrutura que é a do mapa cartográfico, fortalecendo um discurso que vai contra o oficial, das UCs.

Existem diferentes tipos e meios de representação da população de Trindade. São eles: PNSB e APA Cairuçu; ABAT, AMOT e FCT; igrejas, agentes privados e prefeitura. Reconheço-os como mecanismos de poder, cada qual com seu discurso e seu propósito.

As unidades de conservação são, em si, mecanismos de poder do estado que funcionam para a defesa do território e da fauna, e em defesa das populações nativas. Pela forma como juridicamente (ou discursivamente) foram implantadas, são as instituições que proporcionam os conflitos de utilização do espaço na comunidade caiçara de Trindade.

O Fórum de Comunidade Tradicionais e as associações de moradores e dos barqueiros são mecanismos de defesa dos interesses sociais das comunidades de moradores e de barqueiros, que por vezes vão de encontro com interesses de outros agentes no território. Esses coletivos tomam conta de projetos de escolarização, regularização de atividade pesqueira ou turística, problemas fundiários, festas e projetos culturais, etc. São mecanismos de poder, mas tratam do fortalecimento de um discurso contrahegemônico.

Segundo recorte de análise que proponho nessa pesquisa, os quatro últimos agentes que eu menciono, Igreja, Prefeitura e entes privados, não estiveram presentes de forma significativa em campo, mas são instituições presentes na vida social de Trindade. São instituições que agem com interesse ideológico religioso, ou como mediadores entre interesse popular e ações do Estado mas que tem sua agência direcionada para outros tipos de demanda da comunidade. Como, por exemplo, os projetos de transporte público, água, energia, regularização de terras e de funcionamento de estabelecimentos etc.

Considero a cartografia como um trabalho fruto desses espaços de representação da comunidade, como ABAT, AMOT e FCT. Tem-se trabalhado dentro dessas heterotopias para ocupar e preencher uma categoria de comunidade tradicional, ou pescador, ou nativo, que tem um lugar político social e econômico – se apropriando desse espaço político como uma forma de cidadania localizada, e de identidade. Os caiçaras de Trindade agem no esforço de pensar o desenvolvimento da comunidade relacionado à proteção do meio ambiente em que vivem. Pois seu cotidiano está diretamente ligado ao meio ambiente.

Por meio do mapa, traçam a narrativa sobre a necessidade de proteção de determinados espaços. Dando corpo, desenho, legenda e significado, os caiçaras foram dando importância por meios formais preenchendo lugares com suas histórias e depoimentos, assim como fui entendendo me apropriando dos lugares da Trindade à medida que os conhecia.



Foto da equipe do observatório coletando e anotando os dados a serem adicionados no mapa, ainda da reunião de caracterização da pesca- Foto: Eduardo Di Napole.

Considerações Finais

Em diversos momentos eu me questioneei porque meu olhar não se entreteve em pensar sobre uma ‘tradicionalidade caiçara’ ou sobre identidade. Talvez por entender o processo e as dificuldades de busca de uma antropologia supostamente ‘neutra’ ou decolonializada. Também por entender que com a maturidade epistemológica com que fui a campo, achei necessária a escolha narrativa de falar sobre minha trajetória, e da minha perspectiva. Foi a forma como me senti segura para falar sobre um trabalho que realizei com um grupo de pessoas e realidades novas que conheci.

O processo de escrita é fruto de um exercício de amadurecimento intelectual, desde o momento de campo, até a tentativa de síntese presente, pois me fez entender os desafios da incessante tentativa de neutralizar nossos etnocentrismos ao olhar ou dialogar com diferentes perspectivas.

Escrevi nessa dissertação, reflexões que tratam do meu ponto de vista. Pois entendi que metodologicamente seria a forma mais possível de refletir sobre minha experiência no território caiçara. Talvez, devido às características do campo, que é perpassado por diversos fluxos econômicos, políticos, de pessoas e de saberes; o meu olhar tenha se globalizado.

Entendo a necessidade de se investir cada vez mais esforços em manter o protagonismo desses grupos de menor representatividade, nos ambientes de discussão. Entendo que falar sobre projetos participativos, como os da cartografia social, é importante pois apesar de toda a sua metodologia ser participativa e rodar em torno do eixo do envolvimento com a comunidade, é necessário aprimorar esses diferentes mecanismos de poder e pensar as metodologias em campo de forma a aprimorar a representatividade dos grupos a quem nos referimos em pesquisas sociais.

O mapa, as escalas, as instituições que foram necessárias para o acontecimento do projeto são determinantes no processo de construção dessa narrativa. Portanto, é importante pensar nos desdobramentos e aplicabilidades da cartografia social, que é um projeto de mapeamento participativo que usa uma metodologia recente. Pensar na prática das atividades do projeto também faz pensar sobre questões metodológicas da própria antropologia e da escrita

etnográfica na hora de construirmos nossos recortes e conclusões teóricas a respeito de um campo.

Bibliografia

- ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000.
- ALMEIDA, A. W. B. 1994. "Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia". Em D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (orgs.), *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, pp.517-532.
- APPADURAI, A. 2004. Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias. Lisboa, Teorema. 304 pp. ISBN 972-695-612-9.
- BARRETTO Fº, Henyo T. Da Nação ao Planeta Através da Natureza: uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação na Amazônia. *Série Antropologia*, nº 222, Brasília, DAN/UnB, 1997
- B. Debarbieux e M. Vanier, *Ces territorialités qui se dessinent*, Ed. L'Aube – DATAR, Paris, 2002. Tradução de Luiz Rodolfo Viveiros de Castro
- BUSS, P. M. ; MAGALHAES, D. P. ; SETTI, A. F. F. ; GALLO, E. ; NETTO, F. A. F. ; MACHADO, J. M. H. ; BUSS, D. F. . Saúde na Agenda de Desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas. *Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)*, v. 30, p. 2555-2570, 2014.
- CARTIER, Ruy BARCELLOS, Christovam; HÜBNER, Cristiane; FIRPO, Marcelo. Vulnerabilidade Social e Risco Ambiental: Uma Abordagem Metodológica para Avaliação de Injustiça Ambiental.
- DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169 p.
- FOUCAULT, M. história da Sexualidade 1. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- ___ *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes. 2008.
- ___ *Em defesa da sociedade. Curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ___ *O nascimento da biopolítica. Curso dado no College de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner; CORTINES, Anna; FREITAS, Leonardo. Território Governança e Autonomia: O caso do Observatório de territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS).
- Gamarra, Tatiana Pereira das Neves, & Porto, Marcelo Firpo de Souza. (2015). Regulação em Saúde e Epistemologia Política: Contribuições da Ciência Pós-normal para Enfrentar as Incertezas. *Organizações & Sociedade*, 22(74), 405-422.

- INGOLD, T. Jornada ao longo de um caminho de vida - mapas, descobridor-caminho e navegação. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, ISER, v. 25, n. 1, p. 76-110, 2005.
- LATOUR, Bruno; SCHWARTZ, Cécile; CHARVOLIN, Florian. "Crise dos Meios ambientes: desafios às ciências humanas". Em ARAÚJO, Hermetes Reis de (org.), *Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. pp. 91-125
- LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, vol.12, n.25, pp.31-64, jan./jun. 2006.
- MILAGRES, Cleiton S. Texto de Apoio, encontro 3 - Cartografia Social, Apresentando o Debate, publicado na revista Território Cidadão: Curso de formação de Conselheiros cultura de paz e sustentabilidade. 1986.
- MOTA, T. Malhas cartográficas técnicas, conhecimentos e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas Anais da ReACT - Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia Vol. 1 n 1, 2014
- NOGUEIRA, Paulo, CORTINES, Anna, C. O Caiçara da península do Juatinga documento Caracterização Socioeconômica e Fundiária da Reserva Ecológica da Juatinga e Área Especial de Lazer do Paraty-Mirim, Paraty: Igara/Inea, março de 2011 (volume I).
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (1998). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4(1), 47-77
- PRADO, Rosane Manhães. "Viagem pelo conceito de populações tradicionais com aspas". Em STEIL, Carlos; CARVALHO, Isabel (orgs) *Cultura, Percepção e Ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. pp. 173-189.
- RELATÓRIO do Levantamento Bibliográfico, Caracterização dos Territórios Pesqueiros Tradicionais da Vila de Trindade - RJ, de Nathália Bahia.
- RODRIGUES, Camila G., GODOY, Larissa R. A atuação público e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviço de apoio à visitação em parques nacionais.- *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v28, p. 75-88, jul/dez 2013, Editora UFPR
- SANTOS, Antônio Bispo. "Biointeração"; "Confluências x Transfluência". Em *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- SETTI, ANDRÉIA FARAONI FREITAS ; MIRANDA ; GALLO, EDMUNDO . Governance and the promotion of sustainable and healthy territories: the experience of Bocaina, Brazil. *Journal of Integrated Coastal Zone Management* , v. 16, p. 57-69, 2016
- RIBEIRO, HELENA ; AZEITEIRO, ULISSES
- SCOTT, James C. 2011 [1985]. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, Brasília, pp. 217-243.

- TURNBULL, D. Mping the Word in the Mind. An Investigation of the Unwritten Knowledge of the Micronesian Navigators. Deakin Universit, Geelong Vitoria. 1991.
- Triksters and cartographers. Comparative Studies in Sociology of Scientific and Indigenous Knowledge. London and New Yourk: Routledge – Taylor & Francis Gourp, 2000.
- VIANNA, Lucila Pinsard. De invisíveis a Protagonistas: Populações tradicionais e Unidades de Conservação. São Paulo: Annablume; Fapesp; 2008.
- VIANNA Jr., Aurélio. O reencantamento da cartografia. Le Monde Diplomatique (Brasil) , v. Ano 2, p. 36-37, 2009
- WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo, Cosac Naify, 2010. 256 p.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. 390 páginas.

Bibliografia Complementar

Encomendação expedida pelo MPF-Angra para o ICMBio iniciar tratativas para garantir o território da comunidade caiçara de Trindade, em especial na Enseada do Caixa D'Aço que tem sobreposição com o PNSB.

O fascículo da Cartografia Social de Trindade pode ser encontrado pelo endereço:

<http://novacartografiasocial.com.br/download/cartografia-social-de-trindade-a-pesca-artesanal-da-comunidade-caicara-de-trindade-paraty-rj/>